



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECPF) com as Conclusões dos Trabalhos de Revisão/Procedimentos de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Partido Comunista Português (PCP) referentes ao ano de 2008.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS – PCP

A. METODOLOGIA ADOPTADA

1. Os procedimentos de auditoria adoptados na Revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2008 do **Partido Comunista Português**, doravante referido por PCP ou apenas por Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:

- (i) Aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras efectuada;
- (ii) Procedimentos limitados de auditoria aplicados por AB – António Bernardo – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), efectuados de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades cujos saldos/transacções foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime

contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Plano Oficial de Contabilidade (POC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; (v) aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das demonstrações financeiras e (vi) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram averiguar o grau de cumprimento dos preceitos legais por parte do Partido.

2. O relatório emitido por AB – António Bernardo, com data de 30 de Setembro de 2009, incluído em Anexo, faz parte integrante deste Relatório da ECFP, sendo a sua leitura indispensável para uma integral compreensão dos assuntos neste tratados.
3. O Relatório de Auditoria que a ECFP ora envia à apreciação do **PCP**, para além de apresentar, na Secção B, uma análise às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detectados em resultado do trabalho de análise efectuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da actividade do PCP em 2008. Na Secção D são apresentadas as Conclusões formais deste trabalho e na Secção E é apresentada a Ênfase, no âmbito das Conclusões.
4. A ECFP solicita ao PCP que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas nas Secções B e C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada à ECFP documentação adicional ou os esclarecimentos suplementares considerados necessários, manter-se-ão no Parecer as conclusões constantes deste Relatório.
5. De entre as incorrecções, situações anómalas e de falta de informação identificadas pela ECFP e por AB – António Bernardo no decurso dos trabalhos de auditoria às Contas Anuais de 2008, salientam-se, pela sua materialidade e gravidade, as seguintes:

- As Contas Anuais do Partido não integram a globalidade das operações de funcionamento corrente e promocional (ver Ponto 1 da Secção C);
- É impossível à ECFP confirmar que todas as Acções desenvolvidos pelas estruturas do Partido foram reflectidas nas contas, pelo que poderão existir Custos e Proveitos não reflectidos contabilisticamente (ver Ponto 2 da Secção C);
- É impossível à ECFP confirmar que todas as Receitas do Partido foram reflectidas nas Contas (ver Ponto 3 da Secção C);
- Não foi cumprido integralmente o princípio da especialização dos exercícios (ver Ponto 4 da Secção C);
- É impossível à ECFP confirmar a origem das receitas relativas a Quotizações e Outras Contribuições de Filiados do Partido e Contribuições dos Representantes Eleitos, bem como confirmar o cumprimento do limite estabelecido por Lei para as receitas em numerário. Existe subavaliação dos proveitos e dos custos (ver Ponto 5 da Secção C);
- Existem deficiências no processo de identificação dos proveitos provenientes de Actividades de Angariação de Fundos (ver Ponto 6 da Secção C);
- Não foi cumprido o limite estabelecido por lei para as receitas em numerário relativas ao Produto de Angariação de Fundos e é impossível à ECFP confirmar os montantes, a origem, a razoabilidade e o depósito bancário das receitas provenientes de Actividades de Angariação de Fundos (ver Ponto 7 da Secção C);
- Subsiste a incerteza quanto à razoabilidade dos proveitos reconhecidos relativos a serviços prestados ao Partido (ver Ponto 8 da Secção C);
- É impossível à ECFP verificar o cumprimento do limite anual estabelecido por lei para as receitas de Actividades e Produto de Angariação de Fundos (ver Ponto 9 da Secção C);
- As Contas anuais de 2008 incluem a Subvenção recebida da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o que contraria Acórdãos do Tribunal Constitucional (ver Ponto 10 da Secção C);
- Existe dúvida sobre a existência de donativos em espécie de pessoas colectivas (ver Ponto 11 da Secção C);

- O Partido não preparou os pedidos de confirmação de saldos e de outras informações a enviar às Instituições de Crédito (ver Ponto 12 da Secção C);
- Não foram obtidas confirmações de saldos de todos os fornecedores circularizados e algumas respostas divergentes não foram justificadas (ver Ponto 13 da Secção C);
- O Partido não preparou os pedidos de confirmação de saldos e outras informações a enviar aos Advogados (ver Ponto 14 da Secção C);
- Os critérios de valorimetria previstos no Plano Oficial de Contas não foram respeitados (ver Ponto 15 da Secção C);
- Existem deficiências no controlo do Imobilizado Corpóreo (ver Ponto 16 da Secção C);
- Existe um controlo insuficiente sobre as Amortizações do Exercício (ver Ponto 17 da Secção C);
- Subsiste a incerteza quanto à natureza, recuperação dos Activos, Exigibilidade dos Passivos e Regularização de Saldos Registados no Balanço do Partido em 31 de Dezembro de 2008 (ver Ponto 18 da Secção C);
- Existe um eventual excesso da estimativa para encargos com férias e subsídio de férias (ver Ponto 19 da Secção C);
- Existem valores em dívida para com os Militantes do Partido, reflectidos no Balanço em 31 de Dezembro de 2008, não suficientemente suportados documentalmente (ver Ponto 20 da Secção C);
- O défice do exercício poderá encontrar-se subavaliado pelo facto de a provisão para IVA a recuperar, no âmbito de pedidos de reembolso, não ser suficiente (ver Ponto 21 da Secção C);
- O défice do exercício encontra-se subavaliado pelo facto de não terem sido registadas multas aplicadas pelo Tribunal Constitucional (ver Ponto 22 da Secção C);
- As contas anuais não integram a globalidade dos custos e proveitos da Campanha Eleitoral para as Eleições Legislativas Regionais dos Açores de 2008, existindo custos e proveitos não registados (ver Ponto 23 da Secção C);
- As Contas Anuais de 2008 estão afectadas de custos e outros acertos relacionados com Campanhas Eleitorais ocorridas em anos anteriores (ver Ponto 24 da Secção C);

- Existem deficiências no suporte documental de alguns custos (ver Ponto 25 da Secção C); e
- Existem incumprimentos no processo de prestação de contas (ver Ponto 26 da Secção C).

B. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

1. As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2008 do PCP e submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional compreendem o Balanço (que evidencia um total de activo de 17.457.632 euros e um total de capital próprio positivo de 15.198.122 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.025.691 euros) e a Demonstração de Resultados relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de proveitos de 11.686.235 euros e um total de custos de 12.711.926 euros).

Balanço em 31 de Dezembro de 2008

ACTIVO	31.12.2008	31.12.2007
Imobilizado		
Imobilizado Incorpóreo	7.878	7.878
Amortizações Acumuladas	-3.628	-3.628
	<u>4.250</u>	<u>4.250</u>
Imobilizado Corpóreo	17.508.512	16.948.867
Investimentos Financeiros	-4.098.859	-3.822.656
Amortizações Acumuladas	<u>13.409.653</u>	<u>13.126.211</u>
Existências	<u>15.249</u>	<u>27.510</u>
	<u>15.249</u>	<u>27.510</u>
Dívidas de Terceiros		
Clientes	75.687	62.709
Fornecedores c/c	66.697	105.445
Estado e O.E. Públicos	701.625	703.118
Organizações do Partido	-	-
Outros Devedores	<u>545.030</u>	<u>523.931</u>
	<u>1.389.039</u>	<u>1.395.203</u>
Disponibilidades		
Aplicações de Tesouraria	-	29.866
Títulos Negociáveis	-	-
Dep. a Prazo	1.198.871	1.227.360
Dep. Bancários	1.036.515	1.680.966
Caixa	<u>284.113</u>	<u>673.904</u>
	<u>2.519.499</u>	<u>3.612.096</u>
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Proveitos	35.401	54.893
Custos Diferidos	<u>84.541</u>	<u>127.419</u>
	<u>119.942</u>	<u>182.312</u>
	<u>17.457.632</u>	<u>18.347.582</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31.12.2008	31.12.2007
Capital Próprio		
Capital	15.688.142	15.964.134
Reservas de Reavaliação	69.768	68.522
Outras Reservas	465.903	194.783
Excedente/ (Défice) do Exercício	-1.025.691	-144.817
	<u>15.198.122</u>	<u>16.082.622</u>
Passivo		
Provisões para Riscos e Encargos	<u>388.931</u>	<u>468.492</u>
Dívidas a Terceiros		
Caixa	-	2.722
Dep. Bancários	50.283	11.561
Clientes	-	7.529
Empréstimos Obtidos	60.000	1.821
Fornecedores - c/ Corrente	573.300	512.374
Fornecedores de Imobilizado	3.052	-
Estado e O. E. Públicos	93.221	103.183
Organizações do Partido	-	-
Outros Credores	450.643	333.830
	<u>1.230.499</u>	<u>973.019</u>
Acréscimos e Diferimentos		
Acréscimos de Custos	638.830	820.041
Proveitos Diferidos	1.250	3.407
	<u>640.080</u>	<u>823.448</u>
Total do Passivo	<u>2.259.510</u>	<u>2.264.960</u>
	<u>17.457.632</u>	<u>18.347.582</u>

Demonstração dos Resultados relativos ao ano findo em 31 de Dezembro de 2008

PROVEITOS	2008	2007
Operacionais		
Quotizações e Contribuições de Filiados do Partido	2.411.009	2.531.473
Contribuições de Representantes e Eleitos do Partido	2.028.227	2.093.762
Subvenções ou Subsídios do Estado	1.302.842	1.295.564
Actividades e Produto de Angariação de Fundos	3.381.931	3.133.430
Trabalhos para o Próprio Partido		
Outros Proveitos	877.888	901.705
Donativos de Pessoas Singulares	3.322	2.281
	<u>10.005.219</u>	<u>9.958.215</u>
Proveitos e Ganhos Financeiros	347.844	362.405
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.333.172	1.933.961
	<u>11.686.235</u>	<u>12.254.581</u>

CUSTOS	2008	2007
Operacionais		
Custos de Iniciativas Especiais de Angariação de Fundos	2.022.323	2.003.960
Fornecimentos e Serviços Externos	3.746.498	3.468.018
Impostos	44.257	39.984
Custos com o Pessoal	4.389.096	4.755.748
Outros Custos e Perdas Operacionais	560.345	245.286
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	441.020	239.273
Provisões do Exercício	388.271	331.635
	<u>11.591.810</u>	<u>11.083.904</u>
Custos e Perdas Financeiros	22.859	26.112
Custos e Perdas Extraordinários	1.097.257	1.289.383
	<u>12.711.926</u>	<u>12.399.399</u>
Excedente/(Défice) do Exercício	<u>-1.025.691</u>	<u>-144.817</u>

De referir que as Subvenções do Estado recebidas em 2008 pelo PCP (1,3 milhões de euros) financiam, apenas, cerca de 10,2% dos custos incorridos pelo Partido nesse ano e que ascenderam a cerca de 12,7 milhões de euros. O financiamento dos custos do PCP é, assim, substancialmente de natureza privada, em cerca de 90% da sua despesa.

2. As Demonstrações Financeiras em referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 preparadas e enviadas pelo PCP ao Tribunal Constitucional não apresentam comparativos com o ano anterior, sendo o quadro acima reproduzido, no que respeita à coluna de 2007, preparado pela AB – António Bernardo de acordo com as quantias apresentadas no ano anterior. Acresce que o Partido não procedeu à entrega do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, contendo notas explicativas com informação sobre: (i) princípios contabilísticos e os critérios de valorimetria adoptados na preparação das Demonstrações Financeiras e (ii) o movimento anual e composição de algumas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados (ver Ponto 26 da Secção C).
3. As Contas de 2007 para além de reflectirem o efeito da actividade corrente do Partido, reflectem também os efeitos das actividades de Campanhas desenvolvidas pelo Partido, no âmbito da Eleição Intercalar para a Câmara Municipal de Lisboa, de 15 de Julho de 2007, da Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, de 6 de Maio de 2007, e do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, de 11 de Fevereiro de 2007. As Contas de 2008 para além de

reflectirem o efeito da actividade corrente do Partido, reflectem, também os efeitos das actividades de Campanha desenvolvidas pelo Partido, no âmbito da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, e ainda os efeitos de acertos efectuados relativos a Campanhas realizadas em anos anteriores. O resultado da actividade operacional do Partido que foi de cerca de 0,7 milhões de euros em 2008 reduziu-se para um resultado líquido negativo de 1,0 milhões de euros por força do prejuízo apurado na Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e dos acertos efectuados.

O aumento verificado no Défice/Prejuízo do exercício de 2007 (de cerca de 145 mil euros) para um prejuízo de 1,0 milhões de euros em 2008 é justificada, essencialmente, pelo efeito do aumento total dos custos em cerca de 312 mil euros e da redução dos proveitos em cerca de 570 mil euros. Os Proveitos totais decresceram de 12,3 milhões de euros em 2007 para 11,7 milhões de euros em 2008. Os Custos totais aumentaram de 12,4 milhões de euros em 2007 para 12,7 milhões de euros em 2008.

Para a redução dos proveitos totais contribuiu essencialmente a evolução das rubricas seguintes:

Quotizações e Contribuições de Filiados do Partido	- 120 mil euros
Contribuições de Representantes e Eleitos do Partido	-65 mil euros
Proveitos e ganhos extraordinários	- 601 mil euros
Actividades e Produto de Angariação de Fundos	+ 249 mil euros

Para o aumento dos custos totais contribuiu essencialmente a variação ocorrida nas rubricas seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos	+ 278 mil euros
Amortizações	+ 202 mil euros
Outros Custos e Perdas Operacionais	+ 315 mil euros
Provisões	+ 57 mil euros
Custos com o pessoal	- 367 mil euros
Custos e perdas extraordinárias	- 192 mil euros

O Activo do Partido reflectido no Balanço registou um decréscimo em relação ao exercício anterior de cerca de 890 mil (o Activo passou de cerca de 18,3 milhões de euros em finais de 2007 para 17,4 milhões de euros em finais de 2008). O Passivo do Partido manteve-se quase constante, ascendendo a cerca de 2,3 milhões de euros.

As variações mais relevantes ocorridas nas rubricas do "Activo" entre finais de 2007 e finais de 2008 são as seguintes:

- Aumento do "Imobilizado Corpóreo" no valor líquido de 284 mil euros;
- Diminuição de "Depósitos bancários" em 644 mil euros;
- Diminuição de "Caixa" em 390 mil euros;

As variações mais relevantes ocorridas nas rubricas do "Passivo" entre finais de 2007 e finais de 2008 são as seguintes:

- Aumento dos saldos credores de "Depósitos bancários" (descobertos) em 39 mil euros;
- Aumento dos "Empréstimos bancários" em 58 mil euros;
- Aumento do valor a pagar a "Fornecedores c/c" em 61 mil euros;
- Aumento do valor a pagar a "Outros Credores" em 117 mil euros;
- Redução de "Provisões" em 80 mil euros;
- Redução de "Acréscimos de custos" em 181 mil euros.

Os resultados apurados nestes exercícios decompõem-se da seguinte forma:

	2008	2007
Resultado operacional	-689.046	-182.882
Subvenção recebida no âmbito das Eleições Autárquicas – 2005	-	178.917
	-689.046	-3.965
Contribuições do PCP para a Campanha para as Eleições Legislativas Regionais da Madeira 2007	-	-42.864
Contribuições do PCP para a Campanha para as Eleições Legislativas Regionais dos Açores 2008	-55.245	-
Contribuições do PCP para a Campanha das Eleições Legislativas 2005 (acerto)	-21.397	3.594
Contribuições do PCP para a Campanha das Eleições Autárquicas 2005 (acerto)	-253.669	-
Contribuições do PCP para a Campanha das Eleições Intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa (acerto)	-102.883	-23.408
Contribuições do PCP para a Candidatura Jerónimo de Sousa (acerto)	96.549	-
Contribuições do PCP para a Campanha do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez	-	-78.174
Défice do exercício	-1.025.691	-144.817

Os acertos referentes às actividades de campanhas eleitorais realizadas nos exercícios de 2005 e 2006 com impacto nas Demonstrações Financeiras do PCP do exercício de 2008 são os seguintes (ver Ponto 7 desta Secção e Ponto 24 da Secção C):

- Acerto das Contribuições do PCP para as Eleições Legislativas de 2005 – 21.397 euros – custo;
- Acerto das Contribuições do PCP para as Eleições Autárquicas de 2005 – 253.669 euros – custo;

- Acerto das Contribuições do PCP para as Eleições Presidenciais de 2006 – 96.549 euros – proveito;
- Acerto das Contribuições do PCP para a Eleição Intercalar para a Câmara Municipal de Lisboa de 2007 – 102.883 euros – custo.

4. O Balanço do PCP reportado a 31 de Dezembro de 2008 apresenta Activos Totais Líquidos de 17.457.632 euros (18.347.582 de euros em 31.12.2007). Destacam-se pela sua materialidade os saldos das seguintes rubricas:

- Imobilizações Corpóreas – valor líquido de amortizações – (13.409.653 euros em 2008; 13.126.211 euros em 2007). No exercício de 2008 as variações mais significativas referem-se a: aumento em edifícios, no total de 551.465 euros (236.446 euros referentes a aquisições, 270.572 euros referentes a Imóveis doados ao PCP e 44.447 euros referentes a obras); aquisição de equipamento de transporte, no montante de 71.921 euros; aquisição de equipamento administrativo, no montante de 46.570 euros; alienação e abate de equipamento de transporte, no montante de 67.012 euros e 188.215 euros, respectivamente; e alienação de Edifícios (44.817 euros).

Relativamente aos imóveis doados ao Partido, solicita-se informação sobre o seu doador e sobre a sua valorização. Sem essa informação não é possível concluir sobre a razoabilidade do montante registado de 270.572 euros, nem sobre a inexistência de donativos em espécie anónimos ou de pessoas colectivas (ver Ponto 5 desta Secção e Ponto 11 da Secção C).

O imobilizado em curso aumentou 88.838 euros. O saldo no montante de 254.564 euros refere-se, essencialmente, à Festa do Avante (215.564 euros), cujo saldo inclui custos no montante de 165.726 euros incorridos há mais de um ano. Solicita-se informação sobre a natureza dos custos incorridos e a razão de se manterem em curso e não estarem a ser sujeitos a amortização.

O Partido não possui um adequado controlo sobre as Amortizações do exercício, sobre as amortizações acumuladas e sobre o seu imobilizado, pois o mapa de amortizações, para além de não incluir

os bens que já se encontram totalmente amortizados, evidencia um montante de amortizações do exercício de 2008 (320.260 euros) que difere do montante registado (441.020 euros) em 120.760 euros. Pelo facto não é possível concluir sobre a razoabilidade dos montantes das amortizações de exercício e das amortizações acumuladas registados no exercício de 2008 (ver Ponto 17 da Secção C).

Para além das situações referidas, há ainda a destacar as situações seguintes:

- Existem imóveis, relativamente aos quais a propriedade do Partido não está suficientemente comprovada (ver Ponto 16 da Secção C);
- Existem imóveis em nome do Partido que não estão registados (ver Ponto 16 da Secção C);
- Foram identificadas viaturas registadas em nome do Partido que não se encontram registadas na contabilidade e outras que estão registadas e não existe evidência de estarem em nome do Partido (ver Ponto 16 da Secção C);
- Ainda não existe um inventário do imobilizado integralmente valorizado e reconciliado com os registos contabilísticos (ver Ponto 16 da Secção C).

Face ao exposto, conclui-se que o Partido ainda não possui um controlo sobre os seus bens de imobilizado.

- Estado e Outros Entes Públicos – inclui, essencialmente, o valor a recuperar de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – 695.994 euros (695.299 euros em 2007). No corrente exercício, o PCP apresenta uma provisão no montante de 388.931 euros (468.492 euros em 2007), para fazer face a eventuais valores de IVA que não venham a ser reembolsados, que corresponde a 56% dos valores registados como IVA a recuperar (ver Ponto 6 desta Secção e Ponto 21 da Secção C).

O total de IVA a recuperar decompõe-se como segue: IVA apuramento (30.219 euros); IVA a regularizar (477.332 euros) e pedidos de reembolso de IVA solicitados (188.444 euros). Solicita-

se informação adicional quanto à actividade (corrente ou de campanha?) e períodos a que se referem os montantes indicados.

Em 2008 os custos e perdas extraordinárias incluem o montante de 222.978 euros referente a regularizações de IVA (de 2004 a 2007) e o montante de 200.315 euros (de 2006 e 2007) referente a IVA não restituído. Os proveitos e ganhos extraordinários, para além de incluírem a anulação do saldo de provisões existente em 2007 (361.907 euros), incluem também o montante de 20.940 euros referente a regularizações de IVA de 2004.

Solicitam-se esclarecimentos adicionais sobre os registos efectuados, assim como o movimento ocorrido em 2008 na rubrica de Provisão para riscos e encargos (saldo inicial, anulações ou reposições, reforços e utilizações). Sem essa informação não é possível entender a razoabilidade e correcção das regularizações acima referidas (ver Ponto 6 desta Secção).

- Outros Devedores - O saldo a receber desta rubrica compõe-se como segue:

	31.12.2008	31.12.2007
Fornecedores de Imobilizado	-	11.175
Pessoal	80.985	93.511
Outros	6.615	4.490
Dispõe, SA	35.824	35.824
Engitejo – Chamusca – Moradia T3	80.000	-
Compra C.T. Pedrouços	80.048	80.048
Monterrei	76.389	76.389
Idalina Silva Andrade	100.000	-
Soc. Britamagos - Soc. Imobiliária	53.000	-
Outros	32.169	96.203
Campanhas	-	126.291
	<u>545.030</u>	<u>523.931</u>

Desconhece-se a natureza e a recuperação do saldo a receber reflectido na sub rubrica Pessoal (ver Ponto 18 da Secção C).

Desconhece-se a natureza dos saldos relativos às entidades Engitejo, Idalina Silva Andrade e Soc. Britamagos – Soc. Imobiliária, pelo que se solicita essa informação, bem como a indicação da perspectiva de recuperabilidade dos mesmos. A ECFP solicita uma informação sobre se estes saldos foram já cobrados/regularizados (ver Ponto 18 da Secção C).

Os saldos devedores da Conta de “Compra CT Pedrouços”, “Dispõe S.A” e “Monterrei” não apresentam qualquer evolução em 2008. Solicita-se informação sobre a recuperabilidade dos saldos das referidas entidades e uma informação sobre se estes saldos foram já cobrados/regularizados (ver ponto 18 da Secção C).

Os auditores procederam ao pedido de confirmação de alguns desses saldos devedores (cerca de 94% do saldo total), não tendo sido obtida qualquer resposta, situação verdadeiramente anómala e incompreensível.

O saldo da sub-rubrica “Outros” apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior. Solicita-se que o PCP esclareça como foi regularizado o saldo e, em relação ao saldo remanescente (32.169 euros), informe sobre a sua natureza, origem e recuperabilidade (ver Ponto 18 da Secção C), nomeadamente em relação aos saldos seguintes:

- Gabinete de apoio à Assembleia da República – salários de funcionários – 8.600 euros;
- Eleições Regionais dos Açores 2008 – 10.004 euros.

O saldo devedor da Conta “Campanhas” foi integralmente regularizado em 2008. Sabe-se que o montante de 102.883 euros relativos à contribuição da DOR Lisboa para a Eleição Intercalar para a Câmara Municipal de Lisboa de 2007, no âmbito da “Candidatura às Eleições Intercalares da CDU” foi registado em Custos e perdas operacionais (ver Ponto 7 desta Secção). Solicita-se que informem como foi regularizado o saldo remanescente de 23.408 euros relativo à imputação a essa Campanha de salários e encargos da DOR Lisboa (20.933 euros) e de materiais de campanha elaborados com equipamento da DOR Lisboa (2.475 euros).

- Depósitos a Prazo – A rubrica de Depósitos a prazo decompõe-se:

Organizações	31.12.2008	31.12.2007
Lisboa	390.000	240.000
Beja	43.354	43.354
Sede	6.642	6.642
Madeira	52.845	51.399
Festa do Avante	625.000	855.000
Algarve	26.501	26.381
Setúbal	52.054	-
Outras	<u>2.475</u>	<u>4.584</u>
	<u>1.198.871</u>	<u>1.227.360</u>

Até à data não foi recebida a confirmação de saldos das Instituições de Crédito com quem o Partido trabalhou, uma vez que o PCP não permitiu o envio dos respectivos pedidos de confirmação de saldos (ver Ponto 12 da Secção C). Este facto, para além de impossibilitar à ECFP a obtenção da confirmação externa destes saldos de depósitos a prazo, impede o apuramento sobre se existem responsabilidades para com as Instituições bancárias que estejam omissas nas Contas.

Adicionalmente, através da comparação dos saldos indicados nos extractos bancários com os saldos contabilísticos foi identificada uma diferença de 35.000 euros no depósito a prazo da conta [REDACTED] – BES – Depósitos a prazo Festa do Avante (ver Ponto 12 da Secção C).

Solicitam-se esclarecimentos sobre essa diferença.

- Depósitos Bancários à Ordem e Caixa

	31.12.2008	31.12.2007
Dep. Bancários	1.036.515	1.680.966
Caixa	<u>284.113</u>	<u>673.904</u>
Valores apresentados no Activo	<u>1.320.628</u>	<u>2.354.870</u>
Dep. Bancários	50.283	11.561
Caixa	<u>-</u>	<u>2.722</u>
Valores apresentados no Passivo	<u>50.283</u>	<u>14.283</u>

Desconhece-se qual a natureza, origem e composição dos saldos de Caixa que apresentam um valor ainda muito elevado – 284.113 euros (ver Ponto 18 da Secção C).

O saldo de depósitos bancários (activo e passivo) corresponde a 260 contas bancárias. A auditoria procedeu à análise de 234 conciliações bancárias, as quais evidenciam movimentos pendentes de regularização no total de 152.349 euros. Esses movimentos referiam-se a cheques em trânsito, não tendo sido possível verificar a regularização posterior de uma grande parte. Também foi identificado o montante de 30.522 euros de saldos bancários, para os quais não foram encontradas as conciliações bancárias.

Adicionalmente, não foram recebidas as confirmações de saldos das Instituições de Crédito com quem o Partido trabalhou, uma vez que o PCP não permitiu o envio dos respectivos pedidos de confirmação de saldos.

Pelos factos referidos, não é possível à ECFP confirmar a razoabilidade dos saldos de depósitos à ordem, nem aferir se existem responsabilidades para com as Instituições bancárias que estejam omissas nas Contas (ver Ponto 12 da Secção C).

5. O PCP apresenta uma sólida situação financeira com Capitais Próprios de 15 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2008, o que assegura o financiamento de cerca de 86,2 % do Activo (16 milhões de euros em 31.12.2007). O movimento dos Capitais Próprios em 2008 foi o seguinte:

	31.12.2007	Aumentos	Reclassificações	Outros	31.12.2008
Capital	15.964.134		-275.992		15.688.142
Reservas de Reavaliação	68.522		1.246		69.768
Outras Reservas	194.783		271.120		465.903
Excedente/(Défice) do Exercício	-144.817	-1.025.691	144.817		-1.025.691
	<u>16.082.623</u>	<u>-1.025.691</u>	<u>141.191</u>		<u>15.198.122</u>

Desconhece-se a natureza dos movimentos registados na rubrica de “Capital” (-275.992 euros) e a aplicação do prejuízo de 2007, pelo que se solicitam esclarecimentos sobre os mesmos (ver Ponto 18 da Secção C).

O aumento do saldo de “Outras Reservas” (271.120 euros) resultou das doações de imóveis (270.572 euros – ver Ponto 4 desta Secção) e da doação de uma viatura (SG -32-03) pelo montante de 250 euros.

O aumento verificado em “Reservas de Reavaliação” refere-se à reavaliação do Edifício Atalaia no Montijo.

Salienta-se que, se se expurgar aos resultados apurados nos anos de 2008 e 2007, o efeito das actividades de Campanha desenvolvidas pelo Partido, obtêm-se os seguintes valores:

	2008	2007
Resultado – Referentes às actividades correntes do Partido	- 689.046	- 182.882

- 6.** O Passivo do PCP em 31 de Dezembro de 2008 era de 2.259.510 euros (2.264.959 euros em 31.12.2007). Destacam-se, pela sua materialidade, os saldos das seguintes rubricas:

- Provisões para Riscos e Encargos – No corrente exercício o PCP apresenta uma provisão para riscos e encargos no montante de 388.931 euros (468.492 euros em 2007), para fazer face a eventuais valores de IVA que não venham a ser reembolsados (ver Ponto 4 desta Secção). O reforço efectuado a essa provisão em 2008 foi de 388.271 euros, que corresponde praticamente ao saldo apresentado em 31.12.2008. Solicita-se a obtenção dos movimentos ocorridos na provisão durante o ano e a justificação dos mesmos, conforme já solicitado no Ponto 4 desta Secção.

Adicionalmente, o Partido não autorizou aos auditores o envio do pedido de confirmação de saldos e de outras informações aos advogados. Esta limitação não permite verificar se existem outras despesas e/ou responsabilidades reais ou contingentes, decorrentes de acções judiciais que devessem estar reconhecidas nas Contas de 2008 do Partido (ver Ponto 4 da Secção C);

- Dívidas a Instituições de Crédito, que aumentaram de 1.821 euros em finais de 2007, para 60.000 euros em 2008. Conforme referido

acima, não foram recebidas as confirmações de saldos das Instituições de Crédito com quem o Partido trabalhou, uma vez que o PCP não permitiu o envio dos respectivos pedidos de confirmação de saldos.

Pelo facto, não é possível à ECFP confirmar a razoabilidade dos saldos de dívidas a instituições de crédito, nem aferir se existem outras responsabilidades para com as Instituições bancárias que estejam omissas nas Contas (ver Ponto 12 da Secção C);

- Fornecedores – conta corrente, que registaram um aumento de 60.926 euros entre finais de 2007 e finais de 2008 (573.300 euros em finais de 2008; 512.374 euros em 2007).

Foram solicitados pedidos de confirmação de saldos a 41 fornecedores, que representam 79% do saldo total. Foram obtidas apenas 6 respostas, das quais 4 eram divergentes não conciliadas. A não obtenção de respostas dos restantes fornecedores não permitiu confirmar a correcção dos saldos, nem apurar se todas as despesas e/ou responsabilidades estão registadas nas Contas do Partido referentes ao exercício de 2008 (ver Ponto 13 da Secção C).

O saldo de Fornecedores inclui o montante de 32.756 euros referente a saldos sem movimento há mais de um ano, pelo que existe uma incerteza quanto à sua exigibilidade e eventual regularização posterior (ver Ponto 18 da Secção C).

Realça-se ainda o saldo devedor de fornecedores, relativo a adiantamentos/pagamentos não regularizados (66.697 euros em 2008; 105.554 euros em 2007), relativamente aos quais existe incerteza quanto à sua origem e recuperabilidade (ver Ponto 18 da Secção C);

- Outros Credores, que passaram de 333.830 euros em finais de 2007 para 450.643 euros em 2008.

	<u>31.12.2008</u>	<u>31.12.2007</u>
Fornecedores imobilizado	3.052	3.801

Pessoal	45.656	187.552
Outros Saldos	401.935	142.477
	<u>450.643</u>	<u>333.830</u>

O saldo da sub-rubrica "Outros saldos" inclui: i) o montante de 21.298 euros (19.233 euros em 2007) relativo a valores de empréstimos efectuados ao PCP por militantes (ver Ponto 20 da Secção C) e ii) o montante de 380.637 euros de dívidas a pagar a diversos credores, relativamente aos quais não foi possível aferir sobre a sua correcção, integralidade e exigibilidade, uma vez que não foi obtida resposta ao pedido de confirmação de saldos (ver Ponto 18 da Secção C).

Relativamente aos empréstimos efectuados por militantes, solicitam-se os respectivos contratos de mútuo (ver Ponto 20 da Secção C);

- Acréscimos de Custos – O saldo desta conta passou de 820.041 euros, em 2007, para 638.830 euros, em 2008. Em 31 de Dezembro de 2008 o saldo inclui, essencialmente, a estimativa do valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais, no montante de 484.653 euros (436.710 euros em 2007) a pagar em 2009. Solicitam-se esclarecimentos adicionais sobre o aumento verificado na referida estimativa, quando o total dos custos com o pessoal em 2008 sofreu um decréscimo, justificado pela redução do pessoal (ver Ponto 19 da Secção C).

Solicitam-se, também, esclarecimentos adicionais sobre o decréscimo verificado no saldo final da rubrica de Acréscimos de Custos 2007 para 2008.

7. O resultado declarado pelo PCP em 2008 – défice de 1.025.691 euros – representa um decréscimo significativo quando comparado com o prejuízo apurado no exercício anterior (-144.817euros) e o seu apuramento pode ser apresentado como se discrimina no quadro abaixo:

PROVEITOS	2008	2007
Operacionais		
Quotizações e Contribuições de Filiados do Partido	2.411.009	2.531.473
Contribuições de Representantes e Eleitos do Partido	2.028.227	2.093.762
Subvenções ou Subsídios do Estado	1.302.842	1.295.564
Actividades e Produto de Angariação de Fundos	3.381.931	3.133.430
Outros Proveitos	877.888	901.705
Donativos de Pessoas Singulares	3.322	2.281
	<u>10.005.219</u>	<u>9.958.215</u>
Proveitos e Ganhos Financeiros	347.844	362.405
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.333.172	1.933.961
	<u>11.686.235</u>	<u>12.254.581</u>

CUSTOS	2008	2007
Operacionais		
Custos de Iniciativas Especiais de Angariação de Fundos	2.022.323	2.003.960
Fornecimentos e Serviços Externos	3.746.498	3.468.018
Impostos	44.257	39.984
Custos com o Pessoal	4.389.096	4.755.748
Outros Custos e Perdas Operacionais	560.345	245.286
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	441.020	239.273
Provisões do Exercício	388.271	331.635
	<u>11.591.810</u>	<u>11.083.904</u>
Custos e Perdas Financeiros	22.859	26.112
Custos e Perdas Extraordinários	1.097.257	1.289.383
	<u>12.711.926</u>	<u>12.399.399</u>
Excedente/(Défice) do Exercício	<u>-1.025.691</u>	<u>-144.817</u>

Pela leitura das Contas, a evolução negativa dos resultados do Partido em 2008 é explicada essencialmente pela conjugação dos factores seguintes:

- Diminuição das Quotizações e Contribuições de Filiados do Partido (- 120.464 euros), sobretudo de "Outras Contribuições de Filiados";

Quotizações e Contribuições de Filiados do Partido	2008	2007
<u>Quotas</u>		
Do Ano em Curso	916.768	888.460
Cartões	967	3.089
<u>Contribuições de Filiados</u>		
Filiados Funcionários	20.938	13.401
Filiados Reformados	97.956	50.409
Filiados Subvencionados da AR	94.537	112.094
De outros Filiados	<u>1.279.843</u>	<u>1.464.020</u>
	<u>2.411.009</u>	<u>2.531.473</u>

Em resultado da análise efectuada à rubrica de Quotas, verifica-se que não existe sequência numérica dos recibos, existindo várias séries com numerações diferentes, nem sempre existindo a identificação do filiado e nem sempre sendo feita referência ao período a que as quotas dizem respeito (ver Ponto 5 da Secção C).

Da análise efectuada a "Outras Contribuições de Filiados" constatou-se que não existem cópias dos cheques recebidos, o que não permite verificar o nome da pessoa que efectuou a contribuição e confirmar se é filiado, recordando a ECFP que a legislação proíbe donativos anónimos (ver Ponto 5 da Secção C).

Diminuição das Contribuições dos Representantes Eleitos (- 65.535 euros).

Em resultado da análise efectuada a essas contribuições também se identificaram algumas deficiências, como seja a existência de saldos devedores, nomeadamente dos Eleitos da Assembleia da República (22.173 euros) e dos Eleitos do Parlamento Europeu (7.640 euros), e a existência de contribuições efectuadas por cheque ou por transferência bancária que estão em nome dos Municípios, Freguesias e outros órgãos de poder local e não em nome do eleito. Adicionalmente, o Partido não facultou aos auditores a lista dos representantes eleitos. Pelo exposto, não foi possível certificar e confirmar que as contribuições foram efectivamente efectuadas pelos representantes eleitos. (ver Ponto 5 da Secção C).

- Acréscimo da rubrica de receitas com Actividades e Produto de Angariação de Fundos (+248.501 euros) e Acréscimo dos Custos de Iniciativas Especiais de Angariação de Fundos (+18.363) (ver Pontos 6, 7 e 8 da Secção C).

A análise conjunta das rubricas relacionadas com a Actividade de Angariação de Fundos proporciona-nos a seguinte decomposição:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Saldo	Proveitos	Custos	Saldo
	(i)	(ii)		(i)	(ii)	
Bancas	529	-	529	224	5.025	-4.801
Locais de Convívio	-	-	-	329	503	-174
Convívios	69.110	68.088	1.022	51.330	61.824	-10.494

Bancas de Natal	3.987	3.301	686	4.134	4.390	-255
Bancas Itinerantes	-	-	-	-	40	-40
Feiras Locais e Regionais	24.457	17.564	6.893	27.405	26.577	828
Festas locais	25.039	23.138	1.901	25.437	24.114	1.323
Festa da Alegria	97.774	126.579	-28.805	-	-	-
Festa do Avante	2.869.447	2.433.159	436.288	2.754.947	2.452.894	302.053
Comícios	891	-	891	952	-	952
Quinta da Atalaia	-	-	-	2.216	-	2.216
Outras Iniciativas Especiais	290.697	276.280	14.417	266.457	249.802	16.655
	3.381.931	2.948.109	433.822	3.133.430	2.825.168	308.263
Custos imputados		-1.558.651			-1.508.722	
Outros custos		632.865			687.514	
Total	3.381.931	2.022.323		3.133.430	2.003.960	

- (i) – registados na rubrica de receitas com Actividades e Produto de Angariação de Fundos;
- (ii) – registados na rubrica custos de Iniciativas Especiais de Angariação de Fundos.

O acréscimo dos proveitos entre 2007 e 2008 ocorreu sobretudo na Festa do Avante e na Festa da Alegria. No que se refere aos custos, verifica-se um ligeiro decréscimo dos relativos à Festa do Avante (ver Ponto 8 desta Secção).

Da análise efectuada aos proveitos com actividades de angariação de fundos verifica-se que estão documentados de forma deficiente, não permitindo concluir sobre:

- A identificação da sua origem (ver Ponto 7 da Secção C);
- A integralidade e razoabilidade dos montantes recebidos (ver Pontos 7 e 8 da Secção C);

Da análise efectuada aos proveitos de angariação de fundos, concluiu-se que não foi cumprido o princípio da especialização dos exercícios (ver Ponto 4 da Secção C) e que alguns não estão suportados documentalmente de forma adequada (ver Pontos 7 e 8 da Secção C).

- A rubrica Subvenções ou Subsídios do Estado inclui o montante de 128.936 euros referentes a Subvenção atribuída pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Salienta-se que, de acordo com o disposto no Acórdão nº 26/2009 do Tribunal Constitucional, de 20 de Janeiro, as Subvenções atribuídas aos Grupos Parlamentares são entendidas como Subvenções públicas de

financiamento político, que não devem ser reconhecidas como receita nas contas anuais dos Partidos (ver Ponto 10 da Secção C);

- A rubrica de Outros Proveitos inclui o seguinte:

	2008			2007		
	Proveitos	Custos	Saldo	Proveitos	Custos	Saldo
	(i)	(ii)		(i)	(ii)	
Direitos de autor	27.835	-	27.835	-	-	-
Bancas	474.409	330.685	143.724	507.825	377.354	130.471
Locais de Convívio	218.062	152.494	65.568	231.268	176.844	54.424
Cantina	133.844	105.176	28.668	132.621	101.476	31.145
Tabaco	23.738	19.216	4.522	29.991	20.962	9.029
Total	877.888	607.571	270.317	901.705	676.636	225.069

(i) – registados na rubrica de Outros proveitos;

(ii) – registados na rubrica custos de Iniciativas Especiais de Angariação de Fundos.

- A rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários inclui o seguinte:

	2008	2007
Recuperação de Dívidas	-	219.269
Ganhos em Imobilizações	129.172	315.440
Correcções Anos Anteriores	1.198.341	1.203.560
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	5.659	195.692
	<u>1.333.172</u>	<u>1.933.961</u>

A rubrica de Correcções de Anos Anteriores inclui:

	2008	2007
Quotas de anos anteriores	199.675	-
Regularização de IVA 2004	20.940	279.179
Anulação da provisão do IVA 2007	261.057	128.997
Anulação de provisões do IVA 2007 – Festa Avante	100.850	144.537
Anulação de outros acréscimos custos de anos anteriores (Açores)	63.825	-
Regularização de outros acréscimos de proveitos de anos anteriores (Algarve)	29.603	-
Outros movimentos	522.391	779.844
	<u>1.198.341</u>	<u>1.203.560</u>

Solicitam-se esclarecimentos para o registo de quotas de anos anteriores, para as correcções efectuadas em acréscimos de custos e de proveitos e também para o montante apresentado na sub-rubrica de “Outros movimentos” que apresenta um saldo de 522 mil euros.

- Acréscimo dos custos registados na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (+278.480 euros).

Solicita-se que esclareçam as variações registadas nas sub contas seguintes:

- Rendas e alugueres – Aumento de 205.936 euros;
- Informação e propaganda – Aumento de 190.249 euros;
- Comunicação – Redução de 50.032 euros;
- Conservação e reparação – Redução de 75.726 euros

Da análise efectuada aos fornecimentos e serviços externos, concluiu-se que não foi cumprido o princípio da especialização dos exercícios (ver Ponto 4 da Secção C) e que alguns custos não estão suportados documentalmente de forma adequada (ver Ponto 25 da Secção C).

- Diminuição de Custos com o Pessoal (-366.652 euros). Segundo informação do Partido a diminuição desses custos deve-se à redução de pessoal. A ECFP solicita que quantifiquem tal redução;
- Acréscimo de Outros Custos e Perdas Operacionais (+315.059 euros);

	2008	2007
CDU – Assembleia Legislativa Regional	55.245	42.864
CDU – Eleições Legislativas	21.397	-3.594
CDU – Eleições Autárquicas 2005	253.669	21.966
CDU – Eleições Intercalares Câmara Municipal de Lisboa	102.883	-
CDU – Eleições Presidenciais	-96.549	-
Referendo Intervenção Voluntária da Gravidez	-	78.174
Comparticipação Jornal "Avante"	84.000	84.000
Gastos de organização	135.783	28.539
Outros	3.917	-6.661
	<u>560.345</u>	<u>245.288</u>

Conforme descrito no quadro acima, esta rubrica inclui essencialmente as comparticipações e outros acertos relativos a Campanhas ocorridas em anos anteriores, bem como os gastos de organização (ver Ponto 24 da Secção C).

A comparticipação da DOR Lisboa para a Eleição Intercalar para a Câmara Municipal de Lisboa de 2007, no âmbito da "Candidatura às Eleições Intercalares da CDU" (102.883 euros), em 2007 estava reflectida numa conta de devedores diversos, tendo sido reconhecida em custos apenas em 2008.

Solicitam-se esclarecimentos sobre a natureza e as razões que levaram ao reconhecimento apenas em 2008 das comparticipações e dos outros acertos indicados, designadamente no que se refere às Autárquicas de 2005 (253 mil euros)

Solicitam-se também esclarecimentos para o crescimento dos gastos de organização.

- Acréscimo de Amortizações (+201.747 euros). Conforme já referido no Ponto 4 desta Secção, o Partido não possui um controlo sobre as Amortizações do exercício, pois o mapa de amortizações, para além de não incluir os bens que já se encontram totalmente amortizados, evidencia um montante de amortizações do exercício de 2008 (320.260 euros) que difere do montante registado (441.020 euros) em 120.760 euros (ver Ponto 17 da Secção C).
- O saldo da rubrica de Custos e Perdas Extraordinários (1.097.256 euros), refere-se, essencialmente, a correcções de exercícios anteriores (1.001.069 euros) que inclui:

	<u>euros</u>
- Regularizações de IVA (de 2004 a 2007)	222.978
- IVA não restituído (de 2006 e 2007)	200.315
- Regularização de existências	17.430
- Correcções de Imobilizado 2007	36.670
- Anulação de saldo de fornecedor (conta 22101994 – Festa do Avante)	21.406
- Regularização de saldos (Sede)	81.104
- Outras regularizações de saldos e transferências de contas	<u>421.166</u>
	<u>1.097.256</u>

Para além dos esclarecimentos, já solicitados no Ponto 4 desta Secção, relativos aos custos respeitantes a IVA, solicita-se também ao PCP informação adicional sobre as restantes regularizações acima indicadas.

As outras regularizações incluem a reposição de empréstimos efectuados por militantes do Partido, no montante de 9.500 euros, os quais foram indevidamente registados em 2007 como contribuições, o que revela deficiente controlo sobre os valores recebidos (ver Ponto 20 da Secção C).

- 8.** Pela análise dos proveitos e custos operacionais constatou-se que no exercício de 2008 o resultado líquido da Festa do Avante ascendeu a 436.288 euros.

	2008	2007	2006	2005	2004
Proveitos	2.869.447	2.754.947	2.902.744	2.754.345	2.713.942
Custos	2.433.159	2.452.894	2.644.826	2.472.011	1.809.292
	<u>436.288</u>	<u>302.053</u>	<u>257.918</u>	<u>282.334</u>	<u>904.650</u>

Verificou-se em 2008 um aumento do lucro com a Festa do Avante, consubstanciada numa redução dos custos (-19.735 euros) e num aumento dos proveitos (+114.500 euros) – (ver Ponto 7 da Secção C).

C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Incorreções e Incumprimentos Verificados Relativamente à Actividade do Partido. Situações de Impossibilidade de Conclusão, Erros ou Incumprimentos Detectados Relativamente às Contas e aos Requisitos Legais

1. Não integração da Globalidade das Operações de Funcionamento Corrente e Promocional nas Contas Anuais do Partido

As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2008 submetidas pelo PCP à apreciação do Tribunal Constitucional não reflectem a totalidade das actividades de funcionamento corrente e promocional do Partido.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.1 - que:

"Em função da informação recolhida e da análise feita, (...), não temos elementos que nos possibilitem formar uma opinião sobre o controlo interno do Partido, assim como não estamos em condições de avaliar o impacto nas demonstrações financeiras do PCP.

Salientamos a não existência de um manual de controlo interno e também não foi detectada a existência de um regulamento financeiro. Segundo os serviços do Partido, são ocasionalmente, em função do evento, realizadas reuniões e por vezes enviadas circulares, como é o caso da Festa do Avante (...).

(...) O facto de existirem 25 organizações e de em cada uma delas a contabilidade ser elaborada por diversas pessoas, sem que existam instruções escritas devidamente endossadas pelos órgãos directivos do Partido, (não existe um manual de procedimentos), e de existirem pessoas que não têm uma formação adequada em contabilidade, pode originar critérios distintos para a classificação de despesas e/ou receitas da mesma natureza.

Relativamente à Festa do Avante, segundo informação verbal obtida dos serviços do Partido, foram feitas reuniões com as pessoas responsáveis e feitas circulares escritas, as quais não nos foram disponibilizadas pelo que não pudemos aferir do seu conteúdo. A posição do Partido relativamente a esta matéria, expressa pelos serviços é que, tratando-se de organizações de voluntários, a exigência de controlo tem de ser equilibrada e ponderada de modo a não desincentivar a militância e a colaboração das pessoas, pelo que existe uma margem de confiança com a qual se trabalha."

Uma das preocupações fundamentais da ECFP na sua acção fiscalizadora é tentar apurar se os Partidos dispõem de controlos adequados – a nível central e a nível local – sobre as suas transacções, que assegurem: (i) que todas as transacções realizadas pelos Partidos estão registadas contabilisticamente e (ii) que as Contas reflectem todos os proveitos obtidos e custos incorridos no ano de 2008.

Para além das situações referidas acima pelos auditores, verifica-se que a informação financeira apresentada pelo PCP em referência a 2008 ainda está afectada por algumas deficiências de controlo que podem comprometer a integralidade dessa informação financeira. A título de exemplo, destacamos as seguintes:

- Eventual não integração global, nas contas anuais, das contas da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2008 (ver Ponto 25 desta Secção);
- Existência de Acções partidárias, cujas receitas e/ou despesas associadas aos meios utilizados não foram reflectidas nas Contas Anuais (ver Ponto 2 desta Secção);
- Incerteza quanto à integração nas contas anuais de todas as receitas (ver Ponto 3 desta Secção);
- Deficiente controlo das receitas provenientes de angariação de fundos (ver Pontos 6, 7 e 8 desta Secção);
- Incerteza quanto à origem, natureza, recuperabilidade, exigibilidade e eventual regularização de diversas contas de natureza devedora e credora reflectidas no Balanço (ver Ponto 20 desta Secção);
- Os serviços do Partido ainda não possuem um controlo efectivo sobre o seu património imobiliário e mobiliário (ver Ponto 18 desta Secção);
- Encontram-se registados nas rubricas de Proveitos e Ganhos Extraordinários e de Custos e Perdas Extraordinárias valores significativos relativos a correcções de exercícios anteriores, dos quais se salienta o montante de 200.000 euros relativos a quotas liquidadas por militantes em 2008 mas que se referem a exercícios anteriores, o montante de 423.293 euros relativos a regularizações de IVA e outros montantes relativos a correcções de diversas contas;
- Ainda não existem reconciliações para todas as contas bancárias (ver Ponto 14 desta Secção);

- Não cumprimento do princípio da especialização dos exercícios (ver Ponto 4 desta Secção);
- Os controlos de caixa não são os mais adequados, uma vez que nem todas as organizações preparam as folhas de caixa.

Face ao exposto, conclui-se que os mecanismos internos de controlo e de registo contabilístico das actividades correntes do Partido ainda não são suficientes, de forma a permitir confirmar que os Proveitos e Custos se encontram integral e adequadamente reflectidos nas Demonstrações Financeiras do Partido referentes ao exercício de 2008, o que viola o dever genérico de organização contabilística referido no n.º 1 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

Solicita-se a eventual contestação.

2. Impossibilidade de Confirmar que todas as Acções Desenvolvidas pelas Estruturas do Partido foram Reflectidas nas Contas. Proveitos e Custos Eventualmente não Reflectidos Contabilisticamente

Não foram identificados pelos auditores procedimentos de controlo que garantam que todas as acções desenvolvidas durante o exercício de 2008 pelas estruturas do Partido tenham sido reflectidas nas Contas Anuais de 2008.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 5.2 - que:

"Segundo o que foi apurado a identificação das acções de propaganda política é efectuada através de contabilidade analítica. Não foi possível saber como é que a contabilidade identifica quer os custos quer os proveitos, e que controlo é efectuado.

Foi efectuado o cruzamento da lista das acções de actividade corrente elaborada pela ECFP relativas ao ano 2008, que foram identificadas através de consulta ao site informático do Partido, meios de comunicação social e outras fontes, com a listagem de meios e acções elaborada pelo PCP.

Não foi possível identificar na lista fornecida pelo Partido as seguintes

acções constantes da lista da ECFP:

Estrutura	Período	Acção
Nacional	01-Jan 31-Dez	Site www.pcp.pt; sites das estruturas regionais, distritais, concelhias, etc
Nacional	Março	Monofolha "Administração Pública" - Campanha Nacional "Basta de Injustiças!"
Nacional	18 de Abril	Debate "A Estratégia de Lisboa e o Tratado": Hotel Mundial, Lisboa
Nacional	25 de Abril	Festa Popular na Rua da Carreira
JCP	26 de Abril	Comício da Juventude Comunista Portuguesa: Casa Amarela, Almada
Nacional	13 de Maio	Encontro com novos militantes do PCP: Hotel Vitória, Lisboa
Nacional	11 de Junho	Visita de Jerónimo de Sousa ao Brasil
Nacional	24 de Junho	Sessão pública: Teatro Amélia Rey Colaço, Algés
Nacional	12 de Julho	Festa Popular em Castelo Branco com a participação de J. Sousa
Nacional	10 de Outubro	Encontro sobre os direitos das mulheres: Auditório da União de Associações no Comércio e Serviços, Lisboa
JCP	8 de Novembro	Festa comemorativa do 29º aniversário da JCP: Academia Almadense, Almada

Os serviços do Partido informaram que não as conseguiam identificar."

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 5.3 - que:

"Relativamente ao modo como é feita a recolha de elementos que servem de suporte à lista de acções, foi solicitado aos serviços do Partido, o ficheiro ou mapa que permitiu a construção das listagens entregues ao Tribunal Constitucional. Tais elementos não foram disponibilizados nem foi facultada mais nenhuma informação relevante sobre o assunto. Apenas foi referido verbalmente que a base para a construção dos mapas é a contabilidade do Partido."

Face ao exposto, conclui-se que o Partido não tem outro meio de controlo sobre as Acções realizadas, que não a contabilidade. Assim, se os custos e os eventuais proveitos de algumas acções não forem contabilizados, essas acções não são identificadas, não são comunicadas à ECFP, nem são registadas. Dessa forma, não é possível à ECFP concluir se as actividades do Partido se encontram, ou não, integralmente reflectidas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2008.

De notar ainda que o facto de o custo de uma acção ser inferior a um salário mínimo nacional isenta o Partido da obrigatoriedade de comunicação de dados à ECFP, prevista no artigo 16.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de Janeiro (doravante apenas LO 2/2005), e para efeito de

publicitação no sítio da Internet nos termos do artigo 19.º da mesma Lei, **mas não o isenta da obrigatoriedade de registo contabilístico da totalidade dos seus custos e eventuais proveitos** para efeito da prestação de contas e consequente auditoria.

Assim, solicita-se ao PCP, relativamente às acções identificadas pela ECFP, que indique quais os meios devidamente valorizados, utilizados na sua concretização, com indicação das facturas dos fornecedores e das contas em que os custos foram registados. O reconhecimento destes meios (custos) deve ser identificado nas Demonstrações Financeiras do Partido referentes ao exercício de 2008.

3. Impossibilidade de Confirmar que todas as Receitas do Partido foram Reflectidas nas Contas.

No decurso da auditoria, foram identificadas situações que não permitem concluir que a totalidade das receitas obtidas pelo PCP no ano de 2008 se encontre reflectida nas Demonstrações Financeiras, apresentadas pelo Partido ao Tribunal Constitucional.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.1- que:

"No que se refere ao registo das quotas dos militantes, o seu controlo é muito fraco, quer ao nível dos procedimentos, quer ao nível do registo da informação. Isto reflecte-se na contabilidade, pela inexistência do registo da dívida dos militantes, já que as quotas apenas são registadas como receita aquando do seu efectivo recebimento (...)."

"Impossibilidade de aferir se as receitas relativas às Contribuições de Representante e de Eleitos do Partido estão adequadamente classificadas e devidamente registadas, (...);"

"Impossibilidade do controlo da contabilização de todas as receitas provenientes de quotas, contribuições dos filiados, dos representante e dos eleitos do Partido, devido à não sequenciação numérica dos recibos emitidos, por existirem várias séries (...)."

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 5.1- que:

"De acordo com informação verbal obtida dos serviços do Partido, no que se refere ao controlo da receita, existem algumas organizações com postos de venda que já têm máquina registadora e outras que utilizam talões. Pelo menos num exemplo encontrado pela equipa de auditoria a totalidade dos talões não correspondia ao dinheiro depositado, o que foi corroborado pelos serviços do Partido."

"Da documentação analisada, concluiu-se que, das Direcções/Estruturas que participaram em eventos que originaram receitas, com origem na venda de refeições, venda de bebidas em bares ou venda de artesanato, apenas a Direcção de Organização Regional de Lisboa, apresentou como suporte dos registos contabilísticos, o registo de vendas diário efectuado pela máquina registadora (neste caso, Caixa 1 e 2). Na documentação analisada das restantes estruturas, o registo da receita encontra-se suportado por um recibo interno referente às retiradas de verbas efectuadas em diversos períodos do dia, ou seja, a receita apenas é controlada pela retirada do dinheiro da respectiva caixa, o que demonstra um controlo muito fraco, (...)."

Face ao exposto solicita-se uma apresentação dos controlos exercidos pelo PCP que contribuam para garantir: (i) que todas as receitas foram depositadas, (ii) que todas as receitas foram registadas nas contas respectivas, e (iii) que permita garantir que todos os recibos emitidos foram reconhecidos contabilisticamente.

Salienta-se que esta limitação já foi identificada nos Pareceres da ECFP sobre as Contas Anuais de 2005, 2006 e 2007. A ausência de uma resposta esclarecedora por parte do PCP não permite confirmar que todas as receitas foram depositadas e que todas as receitas foram registadas nas contas respectivas. Assim sendo, conclui-se pela existência de uma violação do dever genérico de organização referido no n.º 1 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

4. Não Aplicação do Princípio Contabilístico da Especialização dos Exercícios

O PCP não respeita o princípio da especialização dos exercícios, segundo o qual os proveitos e os custos devem ser registados no período contabilístico em que são respectivamente obtidos ou incorridos, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.2 - que:

"Das verificações efectuadas detectámos que o Partido, não cumpriu com o princípio da especialização dos exercícios (...)."

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.1 - que:

"Direcção de Organização Regional de Lisboa: O lançamento n.º 111306 do diário 13 no valor de 871,30 €, inclui a factura 110/2007 no valor de 1.105,16 € de 15-11-2007, mais a factura 1157/2007 no valor de 63,53 € de 26-11-2007 e a Nota de crédito n.º 14/2008, no valor de 297,39 €, referente às duas facturas anteriores, deste modo este custo é da banca de natal de 2007 e não de 2008, pelo que não foi respeitado o princípio de especialização dos exercícios.

O movimento n.º 111306 do diário 13 no valor de 250,05 €, referente à factura n.º 170 de 28-04-2008, do fornecedor Quinta da Veiguiinha, Lda, de igual valor, o custo parece ser de 2007, uma vez que a factura faz referência a "TV 1/107 de 14-11-2007 e TV 1/109 de 11-12-2007";

Direcção de Organização Regional Algarve, na conta 6211 – Electricidade, os movimentos n.º 10054, 10057, 10064, 10065 e 10002, do diário 84, referentes a electricidade em que parte do custo é do ano de 2007, pelo que não foi respeitado o princípio de especialização dos exercícios;

Direcção de Organização Regional Algarve, na conta 622121 – Gasolina e conta 622122 – Gasóleo, o movimento n.º 10001, do diário 84, no valor de 64,83 €, e na conta 622122 – Gasóleo no valor de 817,44 €, que têm como documento de suporte a factura de 31-12-2007, do fornecedor Solred, referente a consumo de combustíveis do período de Dezembro de 2007. O custo é de 2007, pelo que não foi respeitado o

princípio da especialização dos exercícios. Detectámos ainda que não existe consumo de gasóleo para o período de Dezembro de 2008, já que todos os meses é emitida uma factura de consumo de combustíveis.

Direcção de Organização Regional Algarve - Na conta 62213 – Água, o movimento n.º 10023, do diário 84, no valor de 55,04 €, da Fagar, tem documento de suporte datado de 07-12-2007, pelo que não foi respeitado o princípio da especialização dos exercícios

Direcção de Organização Regional de Viana do Castelo (...) na conta 6221942 – De escritório / informática o movimento n.º 120002 do diário 95, FDI Nº26/2008 no valor de 498,30 € da renda de informática de 01-01-2009 a 31-03-2009, não foi feita a especialização dos exercícios.

Direcção de Organização Regional Algarve, na conta 622222 – Telefone, o movimento n.º 10042, do diário 84, no valor de 136.16 €, é referente a comunicações do período de 04-12-2007 a 01-01-2008. Parte do custo é do ano de 2007, pelo que não foi respeitado o princípio da especialização dos exercícios.

Festa do Avante, na conta 622232 – Seguros – Ramo Automóvel, o movimento n.º 1334, do diário 55, no valor de 585.49 €, referente ao seguro da viatura EU-38-49, para o período de 31-01-2009 a 30-01-2010, o custo é dos anos de 2009 e 2010, pelo que não foi efectuada a especialização dos exercícios, funcionando assim num regime de caixa; O movimento n.º 1412 do diário 55 no valor de 91,20 €, referente ao seguro da viatura 97-41-OM, para o período de 28-11-2008 a 27-11-2009, em que parte do custo é do ano de 2009 também não foi efectuada a especialização dos exercícios.

Direcção de Organização Regional de Viana do Castelo, na conta 622232 – Seguros do diário 126, lançamento n.º 1601013 no valor 570,61 € pagamento de seguro da viatura 89-CN-59 período de 14-12-2007 a 14-12-2008 – não atenderam ao princípio da especialização de exercícios.”

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.2 - que:

*"Na **Direcção de Organização Regional de Setúbal**, a conta 76204 – Convívios, o movimento n.º 1465 do diário 23 no valor de 1.155,00 €, suportado por cópia de um talão de TB do multibanco no valor de 1.155 €, e recibo interno com a referência "festa / convívio passagem ano no C. T. - Qtª do Conde, a receita é do ano de 2007.*

*Na **Direcção de Organização Regional de Lisboa**, a conta 76205 – Bancas de natal o movimento de 2.784,22 €, está suportado por documento do multibanco de TB no dia 17-09-2008, da conta [REDACTED] do Montepio, para a conta [REDACTED], tem uma anotação de que se trata da banca de natal de 2007, não é proveito do ano de 2008 mas sim de 2007 pelo que não foi respeitado o princípio de especialização dos exercícios;*

Para além das situações referidas, a conta de proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 200.000 euros relativo a quotas de anos anteriores e montantes significativos referentes a regularizações de transacções ocorridas nas Autárquicas de 2005.

Face ao exposto, conclui-se que o Partido não deu cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 15.º da Lei 19/2003 e ao n.º 2 do artigo 12.º da mesma Lei.

Solicita-se a eventual contestação.

5. Quotizações e Outras Contribuições de Filiados do Partido e Contribuições dos Representantes Eleitos – Impossibilidade de Confirmar a Origem das Diversas Receitas – Impossibilidade de Confirmar o Cumprimento do Limite Estabelecido por Lei para as Receitas em Numerário e Subavaliação dos proveitos e dos custos.

No decurso da auditoria, foram identificadas situações que não permitem à ECFP concluir:

- Sobre a origem das Receitas do PCP Registadas nas Rubricas – "Quotizações e Outras Contribuições de Filiados do Partido" e "Contribuições dos Representantes Eleitos, visto que os termos do n.º 2 do art.º 3.º da Lei 19/2003 obrigam inequivocamente à identificação do montante da receita e da sua origem;

- Se os montantes registados na rubrica – “Quotizações” – 917.735 euros (891.549 euros em 2007) e “Contribuições de Filiados do Partido” – 1.493.274 euros (1.639.924 euros em 2007), se referem efectivamente a valores recebidos de membros filiados do Partido;
- Se os montantes registados na rubrica – “Contribuições de Representantes Eleitos” – 2.028.227 euros (2.093.762 euros em 2007), se referem efectivamente a montantes recebidos de representantes eleitos do Partido;
- A existência de mecanismos de controlo que permitam garantir o cumprimento dos limites definidos no n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003.

De acordo com o n.º 2 e o n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003 as receitas próprias dos Partidos políticos, “quando em numerário, são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem...”. “Exceptuam-se ... os montantes de valor inferior a 25% do salário mínimo mensal nacional e desde que, no período de um ano, não ultrapassem 50 salários mínimos mensais nacionais, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º”.

Os proveitos resultantes das contribuições dos representantes eleitos não estão integralmente registados como tal, mas sim pelo valor líquido das remunerações pagas a esses representantes.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.2 - que:

“Na conta de quotas, as anomalias detectadas referem-se, à não referência do período a que diz respeito a quota, ao número do filiado ou então não menciona o nome (...).”

“Na conta de Contribuições de filiados, as anomalias, detectadas referem-se à não existência das cópias dos cheques entregues, não sendo possível verificar o nome da pessoa que efectuou a contribuição e se efectivamente é ou não filiado.”

“Não nos foi facultada a lista dos representantes e eleitos do Partido até a data do presente relatório, pelo que, não foi possível certificar que os

pagamentos de contribuições tenham sido efectuados por representantes eleitos, nas Autarquias, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e nas Assembleias Regionais.

Foram solicitadas cópias dos cheques e das transferências bancárias relativas ao pagamento de contribuições de eleitos, no sentido de identificar nominalmente a origem das contribuições recebidas, assim como, a evidência do crédito na conta do Partido, dos eleitos constantes do quadro seguinte:

Data	Nome do Eleito	Instituição	Nº do Recibo	Valor (€)	Descrição	Recebimento pelo Partido	
						Meio de Recebimento	Data
31-12-08	Carlos Alberto Fernandes	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9650	370,75	Senhas de Presença Setembro a Novembro na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	TRF Bancária	
31-12-08	Maria Leonor Cardoso Alves	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Vialonga	9640	224,36	Secretária Junta de Freguesia Vialonga - Novembro 2008	CH 1964562035 CCAM	
31-12-08	Maria Leonor Cardoso Alves	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Vialonga	9640	224,36	Secretária Junta de Freguesia Vialonga - Outubro 2008	CH 6664562019 CCAM	
31-12-08	Ângela Cristina Pinto Bordalo	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Vialonga	9640	237,36	Tesoureira Junta de Freguesia Vialonga - Outubro 2008	CH 1064562036 CCAM	
31-12-08	Ângela Cristina Pinto Bordalo	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Vialonga	9640	237,36	Tesoureira Junta de Freguesia Vialonga - Novembro 2008	CH 5764562020 CCAM	
31-12-08	Manuel Caetano Valente	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Vialonga	9640	194,00	Presidente Junta de Freguesia Vialonga - Novembro 2008	CH 7033857367 MILLENNIUM BCP	
31-12-08	Armando Felix	Eleitos Autárquicos - Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo	9642	1.200,00	Tesoureira Junta de Freguesia Castanheira do Ribatejo - 2008	CH 3560891036 CCAM	
31-12-08	António Ventura dos Reis	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	148,30	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB [REDACTED]	
31-12-08	Bernardino José Gonçalves Lima	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	74,15	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB [REDACTED]	
31-12-08	Carlos Alberto Silva Coutinho	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	593,20	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB [REDACTED]	
31-12-08	Carlos Alberto Fernandes Braga	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de	9647	370,75	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB [REDACTED]	

		Vila Franca de Xira					
31-12-08	Ernesto Simões Ferreira	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	148,30	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	José Francisco de Jesus dos Santos	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	370,75	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Outubro e Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	João Paulo de Carvalho R. Lopes	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	148,30	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	Manuel Caetano Valente	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	148,30	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	Maria de Lurdes da Conceição A. Gonçalves	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	74,15	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	Nuno Miguel Marques Libório	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	667,35	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro a Novembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	Rosa de Saúde Coelho	Eleitos Autárquicos - Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira	9647	74,15	Senhas de Presença - Assembleia Municipal - Setembro 2008	TRF Bancária do Município de Vila Franca de Xira para o NIB ██████████	
31-12-08	Maria Carolina	Concelhia de Arraiolos	118770	1.040,00		CH 8312483320	
31-12-08	Jerónimo Loios	Município de Arraiolos	118778	1.000,00		CH 9721498112	
30-11-08	Júlio Filipe	Assembleia da República	391/2008	2.244,81	Encargos		
30-11-08	Ana Paula Sousa	Assembleia da República	391/2008	1.497,34	Encargos		
30-06-08	Carlos Sousa	Parlamento Europeu		1.527,98			
31-10-08	Leonel Martinho Gomes Nunes	Assembleia Regional da Madeira	46895	1.702,05		CH 1736184 MG	
30-11-08	Leonel Martinho Gomes Nunes	Assembleia Regional da Madeira	3018	2.296,12		CH 1736185 MG	
31-12-08	Cristina Viana		3022	1.385,48	Contributo Militante	TRF Bancária	
31-12-08	Herlanda Maria G. Amado		3021	1.372,42	Contributo Militante	TRF Bancária	
Total Imputado à Conta 72 - Contribuições de Representantes e Eleitos do Partido				19.572,09			

Neste âmbito, e tendo em consideração as limitações supra referidas, não é possível aferir que as receitas relativas às Contribuições de Representantes e Eleitos do Partido, estão adequadamente classificadas e devidamente registadas."

A este propósito o Tribunal Constitucional já disse no Acórdão n.º 70/2009 que:

*" (...), há que ter em atenção que constituem receitas próprias dos partidos políticos as quotas e outras contribuições dos seus filiados, bem como as contribuições dos representantes eleitos em listas apresentadas por cada partido ou por este apoiadas. Daqui decorre que, sendo certo que as receitas provenientes de quotas e de outras contribuições de eleitos e filiados dos partidos não podem deixar de ser "obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem" e estando os diferentes tipos de receitas próprias dos partidos submetidos a regimes jurídicos diversos, **os partidos políticos têm de estar em condições de identificar a origem das receitas que auferem, nomeadamente quem foi o autor da contribuição e o respectivo montante, de modo a que se possa verificar que as mesmas não constituem receitas proibidas, conservando os elementos necessários para tal identificação.** Além disso, embora as listas dos filiados dos partidos não sejam elementos de suporte indispensáveis para a inscrição das receitas, **os partidos políticos têm o ónus de disponibilizar os meios que permitam identificar a origem dos fundos e dissipar quaisquer dúvidas que se possam colocar sobre a qualidade de filiado de quem efectivamente contribuiu com as verbas que forem inscritas na rubrica das respectivas contas anuais relativa a "quotas" e a "outras contribuições de filiados.***

(...) entende o Tribunal que a resposta do Partido não é esclarecedora, na medida em que não permite identificar nem quem contribuiu nem qual o montante da contribuição, e, consequentemente, não permite confirmar a origem dos fundos, pelo que se não pode deixar de considerar verificada uma infracção ao disposto no artigo 12º, nº 1, da Lei nº 19/2003."

Em igual sentido e segundo o Acórdão n.º 515/2009, na apreciação das contas dos Partidos políticos relativas ao ano de 2006, na parte respeitante ao PCP e relativamente à limitação tratada nesta Secção do presente Relatório:

"(...) – 6.2.4.: ... A verdade, porém, é que tendo inscrito(....)como receita de "quotização "(...) como "contribuições de filiados do Partido" e (...) como "contribuições de representantes eleitos", o (PCP) não procedeu à

decomposição de tais contribuições nem à identificação de quem efectivamente contribuiu, não facultando, assim, quaisquer elementos que permitissem a realização do controlo da origem dessas receitas. Face ao exposto não pode deixar de considerar verificada uma infracção ao disposto no artigo 12.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003”

Face ao exposto, solicita-se ao PCP que, distinguindo as receitas que se referem a “quotização”, das receitas que representam “outras contribuições dos seus filiados”, envie à ECFP apenas uma lista com a identidade e morada de cada indivíduo que realizou este último tipo de contribuições que o Partido registou como tendo sido feitas ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei 19/2003, mas incluindo nessa lista apenas os contributos iguais ou superiores a 1.000 euros, identificando o montante de cada um desses contributos e, caso existam, cópias dos cheques ou comprovativos dos depósitos.

Relativamente aos representantes eleitos, de acordo com a informação do quadro acima, não está claro quem efectua as contribuições, se são os eleitos ou se são as Instituições (os pagamentos estão em nome das Instituições e os recibos têm o mesmo número para diferentes eleitos). Pelo facto, solicitam-se esclarecimentos adicionais. Solicita-se, também, que o PCP envie à ECFP uma lista com a identidade e morada de cada representante eleito que realizou contribuições iguais ou superiores a 1.000 euros, que o Partido registou como tendo sido feitas ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei 19/2003, identificando o montante de cada um desses contributos e, caso existam, cópias dos cheques ou comprovativos dos depósitos.

Só na posse destas informações a ECFP estará em condições de validar o cumprimento dos termos do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003. Acresce que esta limitação atenta contra o dever genérico de organização contabilística que a mesma Lei consagra no n.º 1 do seu artigo 12.º, nomeadamente quando refere “ que são requisitos especiais do regime contabilístico próprio (dos Partidos políticos): ... b) A discriminação das receitas, que inclui: As previstas em cada uma das alíneas do artigo 3.º; ...”.

Adicionalmente, é procedimento do Partido reflectir apenas em proveitos a diferença entre os montantes recebidos a título de contribuições de

representantes eleitos e os montantes pagos como remuneração a esses representantes.

O Relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 5.1 - que:

"No que se refere ao Grupo Parlamentar, os serviços do Partido dizem que são contabilizadas como receitas do Partido as contribuições dos eleitos., De acordo com os Estatutos, nenhum militante poderá ser beneficiado ou prejudicado financeiramente pelo desempenho de cargos pelo que os deputados do Grupo parlamentar e os funcionários do gabinete de apoio fazem uma doação desses montantes e recebem um salário do Partido. O Partido regista o pagamento dos salários numa conta 2689. De acordo com os serviços do Partido, no final do ano é realizada uma regularização de saldos da 2689 por contrapartida da conta 72 de contribuições dos eleitos ficando na conta 72 - contribuições de eleitos, o valor líquido dessas contribuições. Também fica na mesma conta o valor líquido das contribuições dos funcionários do gabinete de apoio ao Grupo Parlamentar que, obviamente não são eleitos. Os serviços do Partido concordaram que tais contribuições estariam melhor numa conta de contribuições de filiados."

Assim, solicita-se que o PCP informe qual o montante total dos proveitos oriundos de Contribuições de representantes eleitos e qual o montante total das remunerações pagas, por forma a poder aferir sobre o montante dos proveitos e dos custos que não estão reflectidos como tal.

A ECFP considera que este sistema de compensação, entre verbas atribuídas ao Partido, por conta de representantes seus, por órgãos do poder, e devidas pelo exercício de funções daqueles, e as contribuições de representantes eleitos ao Partido, não é transparente nem apropriado e que deve ser modificado de modo a que as remunerações sejam atribuídas a quem de direito, que depois lhes poderá dar o destino que entender de acordo com a lei.

Mas a ECFP relembra que, além de não ser transparente nem apropriado, este procedimento configura, na realidade, uma contribuição ilícita, pois não pode haver, por exemplo, transferências bancárias de Municípios ou de outros órgãos autárquicos para Partidos políticos, com o fundamento

que permite como receita destes as “contribuições de representantes eleitos” por um Partido. Uma contribuição desta ordem é ilegal, visto que a Lei 19/2003 só permite donativos de pessoas singulares (artigos 3.º, n.º 2 e 8.º, n.º 1, desta Lei) e, na realidade, se a transferência vem directamente de um órgão autárquico, que é uma pessoa colectiva, verifica-se a infracção já assinalada àquelas disposições legais. Em boa verdade e como atrás foi escrito, o Órgão Autárquico deve pagar directamente ao “representante eleito” o qual, por sua vez, entregará a contribuição que entender ao PCP, “por cheque ou outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem” mas, neste caso, a partir da sua conta pessoal, sem infringir a lei 19/2003, nem praticar outras hipotéticas e eventuais infracções associadas.

6. Actividades e Produto de Angariação de Fundos – Identificação do Tipo de Actividade

A ECFP verificou que a rubrica “Produto da actividade de angariação de fundos” inclui proveitos obtidos pelo desenvolvimento de determinadas actividades, nomeadamente, venda de jornais e revistas em “bancas”, vendas em locais de convívio de produtos de alimentação e bebidas e especialmente as vendas decorrentes da Festa do Avante, quer seja as que se referem a entradas pagas no recinto da “Festa”, quer as que traduzem a venda de produtos alimentares em cada um dos restaurantes ou “stands” ali localizados ou ainda de outro tipo de produto, como seja livros, vídeos, CD’s, artesanato ou roupas, bem como a receita proveniente de aluguer de barracas a feirantes ou decorrente da entrega à Organização da “Festa do Avante” de uma percentagem sobre as vendas dos mais variados artigos e produtos de vendedores ou organizações que não estejam dependentes ou ligados directa ou indirectamente ao PCP.

As receitas (2.869.447,00 euros) e despesas (2.433.159,00 euros) relacionadas com a “Festa do Avante” – de montante bastante mais relevante que todas as restantes – incluem-se nesse Mapa de Actividades sem estarem discriminadas pela sua natureza, como devia acontecer, provindo, como provêm, de actividades muito diversificadas.

Neste sentido, afirma o Acórdão nº 515/2009 do Tribunal Constitucional: “(...) – 6.2.5.: (...) Apesar de o PCP ter apresentado a reconciliação de

várias angariações de fundos, o que é de realçar, não o fez para aquela cujos custos e proveitos são muito maiores, a "Festa do Avante", que era a mais relevante em virtude da sua expressão. Conclui-se, assim, que, nesta parte, o Partido violou o dever genérico de organização contabilística que a Lei nº 19/2003 consagra no nº 1 do seu artigos 12º."

Face ao exposto, solicita-se ao PCP que, num quadro geral da "Festa do Avante" envie à ECFP, por grandes rubricas, uma relação das despesas e receitas da "Festa do Avante".

Só na posse destas informações a ECFP estará em condições de validar o cumprimento da alínea b) do n.º 7 do artigo 12.º da Lei 19/2003. Acresce que esta limitação atenta contra o dever genérico de organização contabilística que esta Lei consagra no n.º 1 desse mesmo artigo 12.º.

7. Actividades e Produto de Angariação de Fundos – Não Cumprimento do Limite Estabelecido por Lei para as Receitas em Numerário – Deficiências no Suporte Documental.

No decurso da auditoria, foram identificadas situações que não permitem à ECFP: (i) validar a origem dos proveitos provenientes de actividades de angariação de fundos registados nas rubricas de Produto de actividades de angariação de fundos (3.381.932 euros) e Outros proveitos (877.888 euros), num total de 4.259.820 euros (4.035.135 euros em 2007) e (ii) o cumprimento dos limites definidos pelo n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003.

Analizado o "Mapa de Actividades de Angariações de Fundos" enviada pelo PCP, constatámos que o total de receitas obtidas em numerário, com excepção das receitas obtidas na Festa do Avante, ascendera a 120.022 euros.

Acresce que, de acordo com a análise efectuada às receitas relativas à "Festa do Avante" (2.869.447 euros) constatou-se que são maioritariamente realizadas em numerário, embora no mapa de angariação de fundos esteja indicado "receita em cheque".

Adicionalmente, grande parte das receitas provenientes de acções de angariação de fundos está suportada documentalmente por recibos internos do PCP ou folhas de caixa, com descritivos genéricos de "receita"

que não permitem validar a correspondente origem e a que tipo de actividade se referem, apenas para alguns itens, em número reduzido, existe detalhe de documentos suporte, como sejam fitas de caixas registadoras ou documentos suporte com o detalhe dos produtos vendidos. Os recebimentos são efectuados essencialmente em numerário, não sendo possível, para a quase totalidade dos documentos analisados, verificar o depósito dos respectivos montantes nas contas bancárias do Partido. Os recebimentos em numerário excedem os limites impostos pelo n.º 3 do artigo 3.º da Lei nº 19/2003.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.2 - que:

*"Na **Direcção de Organização Regional Algarve**, na conta 76210 – Festa da alegria – O valor registado de 851.10 €, está suportado pelo um recibo global no valor da receita, não referindo do que se trata, não tem a ou as pessoas e respectivos números de contribuintes."*

*"Na **Direcção de Organização Regional de Braga***

Cópias de documentos internos (brancos) de transferência de fundos do PCP Organização Central para a festa da alegria referentes a diversas entregas sem outro suporte documental – docs. Nos. 100, 1001, 1002, 8647 (fotocópia), 107 (fotocópia), 1006, 1007, num total de 6.357,50 €;

Doc. 2008-08-31 113 8908139 de 2.911,00€ onde si inclui fotocópia do recibo nº 9370 passado pela Festa Alegria 2008 referente a entregas em numerário dos stands da festa num total de 2.209,03€.

Doc. 2008-08-31 113 8908147 de 1.400,00 € onde si inclui cópia do recibo nº 9371 passado pela Festa Alegria 2008 referente a entregas em numerário dos stands da festa num total de 1.400,00 €.

Doc. 2008-08-31 113 8908163 de 1.650,00 € onde se inclui cópia do recibo nº 8865 passado pela Festa Alegria 2008 referente a venda de 117 IF's pagos por cheque depositado mas sem cópia do mesmo nem identificação do pagador num montante de 1.462,50 €."

*"Na **Direcção de Organização Regional Algarve**, a conta 762111 – EP's,*

O valor registado é referente a entradas na Festa do Avante, mas nos documentos de suporte não referem a numeração dos bilhetes vendidos, e também não tem recibos individuais das pessoas que adquiriram os bilhetes, sendo estas receitas recebidas em dinheiro e cheque.

Conta 762116 – Diversos, os valores registados nesta conta são referentes a receita da Festa do Avante, na venda de marisqueira (refeições), venda de bolos e venda de artesanato dos stands de venda, sendo que os recibos de suporte destas vendas, não são recibos de venda individual, mas sim de retiradas de dinheiro da caixa referente às vendas efectuadas, pelo que deveriam estar suportadas por um talão de venda da máquina registadora (com o montante diário), uma vez que as receitas foram recebidas em dinheiro, cheque e multibanco.”

"Na Direcção de Organização Regional de Lisboa, a conta 762111 – EP's

Os valores registados são referentes a entradas na Festa do Avante, suportados por uma folha de caixa, em que existem como documentos de suporte os talões de depósito (que se referem a depósitos dos valores globais cobrados pelas concelhias, da DOR Lisboa, mas não há cópias de cheques), e os recibos internos têm como descritivo o n.º de ingressos vendidos e devolvidos, não nos sendo possível certificar que todos os ingressos estão considerados, uma vez que há qualquer referência à numeração das EP's, e não estão individualizados por quem os adquiriu.

Na Direcção de Organização Regional de Lisboa, a conta 762114 – Bares

O montante de 10.133,86 €, referente a receita de bar da festa do Avante, encontra-se suportado pela folha de caixa da contabilidade, discriminando-se o valor da receita por dia em alguns casos e outros por 2 dias. Existe um recibo interno com o número 102604, que tem como descritivo, bar acompanhante exterior, receita dos 3 dias da festa do Avante. Não se conseguem associar os depósitos à receita, pois as vendas deveriam ser suportadas por talões das caixas registadoras.

No movimento n.º 115934 do diário 59 no valor de 19.953,98 €, temos a observar que na caixa 1 na fita de máquina de 05-09-2008, às 18 horas talão X1, referente a vendas de refeições e bebidas está a ser cobrado IVA a 12%, enquanto que no registo da fita da Caixa 2 não tem imposto

(IVA); segundo a documentação verificada, o valor global de receita é de 21.651,65 € e o registo foi de 19.953,98 € existindo assim uma diferença de 1.697,67 €.

No movimento n.º 115935 do diário 59 no valor de 13.814,67 €, referente a vendas de petiscos, há apenas recibos internos das recolhas de dinheiro em várias vezes ao dia, pelo que não é possível afirmar que todas as receitas dos petiscos leziria da festa do avante estejam contabilizados. As restantes receitas contabilizadas na conta 762114 – Bares, estão apenas suportadas por recibos internos, não existindo talões de máquina registadora, nem os depósitos efectuados. O mesmo acontece para a conta 762116 – Diversos.”

“Na **Direcção de Organização Regional de Braga**, na conta 762116 – Diversos Doc 2008-12-25, 38 9912122 de 42.730,00 €, receita de caixa, inclui cópia de recibo nº 65894 de igual montante referente a receita realizada na festa – entregas gerais em numerário, não tendo qualquer indicação de quem as efectuou, anexando apenas o seguinte mapa:

Ano	Dia	Hora	Nº Envel	Conta	Mov.Decl	Mov.Total	Tipo Dep
2008	Sexta	3:22	109	Braga	5.200,00	5.050,00	Notas
2008	Sabado	3:24	129	Braga	13.500,00	13.400,00	Notas
2008	Sabado	17:35	112	Braga	9.000,00	9.000,00	Notas
2008	Domingo	1:40	124	Braga	6.300,00	6.300,00	Notas
2008	Segunda-feira	20:00	121	Braga	2.490,00	2.490,00	Notas
2008	Terça-feira	15:01	118	Braga	6.470,00	6.490,00	Notas

“Na **Direcção de Organização Regional de Lisboa**, a conta 76204 – (...)

O valor de 1.350,00 € referente a iniciativa de almoço aniversário do PCP, 169 participantes, não está discriminado por pessoa; O valor de 2.491,00 €, documento de suporte recibo interno n.º 101116, apenas refere que se trata de almoço no dia 08-03-2008, da Concelhia de Loures; Jantar dia 30 de Abril, não refere o n.º de pessoas, o valor de 4.012,00 €.”

“Conclusão, as receitas encontram-se suportadas por recibos (internos) os montantes recebidos são em dinheiro, cheque e transferência bancária, não se podendo individualizar, não se consegue verificar o seu depósito e não há cópias de cheques.”

De acordo com o Acórdão n.º 70/2009 as receitas que não sejam provenientes de actividade de angariação de fundos não são obrigatoriamente liquidados através de cheque ou transferência bancária:

"(...) concluiu o Tribunal não só que os montantes que são entregues como contrapartida directa de um serviço prestado não devem ser considerados "receita própria proveniente de actividade de angariação de fundos", mas também que apenas o "resultado líquido" da actividade e não a sua "receita bruta" deve ser considerado como angariação. Assim sendo, uma vez que só esse montante líquido estaria submetido ao regime dos números 2 e 3 do artigo 3º da Lei n.º 19/2003 – e não os concretos actos individuais que se traduzam na aquisição de bens ou serviços, não tem aqui cabimento a exigência de que os pagamentos dos "cafés, os refrigerantes, as lembranças, os livros ou discos, as refeições" sejam efectuados através de cheque ou transferência bancária."

Relativamente à separação efectuada entre as receitas provenientes da actividade de angariação e as resultantes de serviços prestados, solicita-se que o Partido esclareça sobre os procedimentos e controlos realizados para lhe permitir efectuar a referida separação.

De acordo com o n.º 2 e o n.º 3 do artigo 3.º da Lei 19/2003 as receitas próprias dos Partidos políticos, "quando em numerário, são obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem...". "Exceptuam-se ... os montantes de valor inferior a 25% do salário mínimo mensal nacional e desde que, no período de um ano, não ultrapassem 50 salários mínimos mensais nacionais, sem prejuízo do disposto no artigo 12.º".

Assim, considerando o salário mínimo mensal nacional em 2008 (426,00 euros), as receitas inferiores a 106,50 euros auferidas em dinheiro eram permitidas aos Partidos políticos, sem obrigação de o serem "por cheque ou por outro meio bancário que permita a identificação do montante e da sua origem" desde que no exercício de 2008 não excedessem o valor de 21.300 euros.

Considerando os valores evidenciados como receitas e despesas inerentes apenas ao Produto de angariação de fundos, o “resultado líquido” que se obtém é de 433.822 euros, como segue:

	2008		
	Proveitos	Custos	Saldo
	(i)	(ii)	
Bancas	529	-	529
Locais de Convívio	-	-	-
Convívios	69.110	68.088	1.022
Bancas de Natal	3.987	3.301	686
Bancas Itinerantes	-	-	-
Feiras Locais e Regionais	24.457	17.564	6.893
Festas locais	25.039	23.138	1.901
Festa da Alegria	97.774	126.579	-28.805
Festa do Avante	2.869.447	2.433.159	436.288
Comícios	891	-	891
Quinta da Atalaia	-	-	-
Outras Iniciativas Especiais	290.697	276.280	14.417
	3.381.931	2.948.109	433.822

O resultado obtido, para o qual contribui a “Festa do Avante” cujas receitas são essencialmente em numerário, excede largamente o limite previsto no n.º 3 do artigo 3º da Lei 19/2003 (21.300 euros). Assim, as receitas inerentes a essa actividade deveriam ser obrigatoriamente tituladas por meio de cheque ou por outro meio bancário que permitisse a identificação do seu montante e da sua origem, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da mesma Lei, o que não se verifica.

De acordo com o referido por AB – António Bernardo, existem diversas deficiências documentais que relativamente às receitas não permitem aferir sobre:

- os seus montantes;
- a sua origem;
- a sua razoabilidade; e
- o respectivo depósito bancário.

Sobre esta questão manifestou-se o tribunal Constitucional, no seu Acórdão nº 515/2009:

“(…) – 6.2.6.: *Também agora a ECFP solicitou ao PCP a decomposição de cada uma das parcelas das receitas e das correspondentes despesas, de tal modo que se possa saber quais os montantes que correspondem ao*

mero pagamento de serviços e quais os que correspondem a efectiva contribuição de fundos para o Partido. Não tendo o Partido fornecido os elementos solicitados, há que concluir pela violação do dever genérico de organização contabilística consagrado no nº 1 do artigo 12º da Lei nº 19/2003; e, ainda:

(...) – 6.2.7.: A resposta do PCP, optando por considerações genéricas sobre alegados indícios que a posição da ECFP revelaria em vez de fornecer os elementos solicitados, que permitiriam porventura esclarecer as dúvidas suscitadas, não possibilita a validação do cumprimento do artigo 6º da Lei nº 19/2003, no que respeita aos limites ali determinados, implicando a conclusão de que o Partido violou o dever genérico de organização contabilística que a mesma Lei consagra no nº 1 do seu artigo 12º.”

Assim, conclui-se que não foi dado cumprimento ao disposto no art.º 6.º e n.º 2 e no n.º 3 do artigo 3.º, ambos da Lei 19/2003 Lei. Acresce, ainda, que as deficiências documentais atentam contra o dever genérico de organização contabilística que a mesma Lei consagra no n.º 1 do seu artigo 12.º.

Solicita-se a eventual contestação.

8. Incerteza quanto à razoabilidade dos proveitos reconhecidos relativos a serviços prestados ao Partido

As contas incluem alguns proveitos resultantes de serviços prestados ao Partido, nomeadamente na Festa da Alegria e na Festa do Avante, relativos a utilização de espaços de publicidade e cedência de espaços, para os quais não foi possível identificar e avaliar o critério utilizado para a determinação do seu valor.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.2 - que:

“Doc. 2008-08-31 113 8908110 de 1.000,00 €, cópia do recibo nº 453 de 07-05-2008 do PCP nipc 500940673, referente a depósito de cheque (sem cópia) recebido de Alexandre Barbosa Borges S.A. – ABB sem nipc, para publicidade(sem qualquer indicação de que tipo, formato, medidas, etc.).”

"Doc. 2008-08-31 113 8908125 de 2.000,00€ onde se inclui cópia de recibo nº 463 de 08-07-2008 de 2.000,00 € do PCP nipc 500940673 referente a depósito do cheque (sem cópia) recebido de Agros UCRL nipc 500291950 referente a publicidade (sem qualquer indicação de que tipo, formato, medidas, etc.)."

"Doc. 2008-08-31 113 8908129 de 1.500,00 € onde se inclui cópia de recibo nº 464 de 14-07-2008 de 1.500,00 € do PCP nipc 500940673 referente a depósito do cheque (sem cópia) recebido de J. Gomes Soc. Const. Cavado SA nipc 501176459 referente a publicidade (sem qualquer indicação de que tipo, formato, medidas, etc.)."

"Doc. 2008-08-31 113 8908130 de 1.425,00 € onde se inclui cópia de recibo nº 455 de 07-05-2008 de 150,00 € do PCP nipc 500940673 referente a numerário recebido de FixBraga nipc 502704373 referente a publicidade (sem qualquer indicação de que tipo, formato, medidas, etc.)."

"Doc. 2008-08-31 113 8908145 de 1.620,00 € onde se inclui cópia de recibo nº 472 de 20-07-2008 de 250,00 € do PCP nipc 500940673 referente a cheque (sem cópia) recebido de PIXRAY nipc 506747450 referente a espaço comercial cedido na festa."

As situações referidas não permitem à ECFP aferir se foram recebidos pagamentos de serviços prestados ao Partido por preços manifestamente superiores/inferiores aos respectivos valores de mercado. Esses pagamentos a existirem, por preços manifestamente diferentes dos valores de mercado, iriam contra os termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 8.º da Lei 19/2003.

Solicita-se o envio da informação que permita avaliar a razoabilidade dos proveitos referidos.

Salienta-se que a ausência da informação acima solicitada atenta contra o dever genérico de organização contabilística que a mesma Lei consagra no n.º 1 do seu artigo 12.º.

9. Actividades e Produto de Angariação de Fundos – Impossibilidade de Verificar o Cumprimento do Limite Anual Estabelecido por Lei

À data de 31 de Dezembro de 2008, conforme mapa detalhe preparado pelo Partido, os proveitos e os custos obtidos nas referidas actividades de angariação de fundos foram, respectivamente, de 3.381.932 euros (3.133.238 euros em 2007) e 2.948.108 euros (2.825.168 euros em 2007).

Salienta-se que, para efeitos de apresentação das contas, os custos incorridos com as actividades de angariação de fundos incluem as despesas (directas) decorrentes das referidas actividades e outros custos imputados (custos com pessoal, amortizações, provisões e impostos).

Os custos imputados à "Festa do Avante" em 2008 foram de 1.558.651 euros. Comparativamente com exercícios anteriores, constatou-se que os custos imputados sofreram variações ao longo dos últimos anos (1.085.174 euros em 2004; 1.921.681 euros em 2005; 1.733.265 euros em 2006 e 1.508.722 euros em 2007).

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.2 - que:

"Nesta conta foi contabilizado a crédito o valor de 1.541.768,85 € de custos imputados à festa do Avante, a débito da conta 612117 – Outros custos indirectos, através da nota de lançamento Série A n.º 3782 de 30-12-2008, com a referência "afecção de custos", não se encontrando anexo o explicativo detalhado do movimento, ou seja, o seu suporte não está totalmente documentado, pelo que não nos é possível aferir da correcta imputação de custos assim como do seu movimento contabilístico."

Face ao exposto, solicita-se ao PCP: (i) detalhe do montante dos custos imputados por DOR e por rubrica, (ii) uma apresentação dos critérios de imputação dos custos correntes do Partido em actividades de angariação de fundos e dos controlos exercidos pelo PCP no sentido de garantir que todas os custos imputados a determinadas iniciativas de angariação de fundos foram efectivamente consumidas por estas, designadamente com salários - folhas de horas - e (iii) explicações para as variações da rubrica "Custos Imputados" ao longo dos últimos anos, nomeadamente em relação ao aumento dos custos imputados à Festa do Avante (1.558.651

euros em 2008; 1.479.300 euros em 2007; 1.250.457 euros em 2006; 1.059.818 euros em 2005).

Só na posse destas informações a ECFP estará em condições de validar o cumprimento do artigo 6.º da Lei 19/2003. Considerando que o salário mínimo mensal nacional em 2008 era de 426,00 euros, o valor máximo de receitas de angariação de fundos (definidas de acordo com o Acórdão n.º 70/2009) permitido aos Partidos para o exercício de 2008 era de 639.000 euros.

10. As Contas Anuais de 2008 integram a Subvenção recebida da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, o que contraria Acórdãos do Tribunal Constitucional

As Contas anuais do Partido em referência ao exercício de 2008 incluem a Subvenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, no montante de 128.936 euros.

De acordo com o disposto no Acórdão nº 26/2009, de 20 de Janeiro, as Subvenções atribuídas aos Grupos Parlamentares são entendidas como Subvenções públicas de financiamento político aos grupos parlamentares, que não devem ser reconhecidas como receita nas contas anuais dos Partidos. Esta jurisprudência foi reafirmada pelo Acórdão 515/2009, cujo ponto 6.1.22 se cita a seguir:

"6.1.22. Sobreavaliação de proveitos em virtude da contabilização de valores atribuídos pelas Assembleias Legislativas da Madeira e dos Açores (CDS-PP, PPD/PSD e PS).

A) *As demonstrações financeiras do CDS-PP incluem proveitos no montante de € 160.579,00 (€ 195.048,00 em 2005) referentes às subvenções recebidas pelos grupos parlamentares da Assembleia Legislativa da Madeira e da Assembleia Legislativa dos Açores. O CDS-PP respondeu que "O Partido recebe uma Subvenção Pública relativa às Regiões Autónomas que, consubstancia nos termos da Lei 19/2003, de 20 de Junho, fonte de financiamento da actividade dos partidos políticos. Esta subvenção pública cujo destinatário é o Partido, com o qual suporta as despesas do CDS-PP Madeira ou do CDS-PP Açores, é distinta e autónoma da subvenção que os Grupos Parlamentares das Regiões Autónomas recebem directamente para o financiamento das suas actividades parlamentares. Por essa razão, as contas em referência ao exercício de 2006 incluem todos os proveitos do Partido, incluindo os de montante de 160.579 €, e reflectem de idêntica forma todos os movimentos de despesa do Partido, incluindo os movimentos daquelas estruturas regionais". Posteriormente o CDS-PP prestou os seguintes esclarecimentos adicionais: "O CDS-PP Madeira e o CDS-PP Açores*

recebem uma subvenção distinta e autónoma daquela que os Grupos Parlamentares das Regiões Autónomas recebem directamente para o financiamento das suas actividades parlamentares. No entanto, a subvenção pública cujo destinatário é o Partido, e com a qual as referidas estruturas autónomas suportam as despesas é recebida através de transferência bancária com origem nas contas bancárias dos respectivos do Grupos Parlamentares. Estes movimentos bancários são formalizados pelos protocolos existentes entre os Grupos Parlamentares Regionais e as respectivas Direcções Regionais do Partido. Assim, estes proveitos referem-se somente às verbas atribuídas ao CDS-PP Madeira e Açores pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores e Madeira, estando reflectidos na rubrica # 7222 – Proveitos da Actividade Corrente – Públicos – Subvenções Regionais. Face ao exposto, a subvenção pública cujo destinatário é o Partido e com a qual suporta as suas despesas do CDS-Madeira e CDS-Açores, não deve ser interpretada como uma subvenção destinada aos Grupos Parlamentares e reflectida como proveito destes”.

B). De acordo com os auditores, as demonstrações financeiras do **PPD/PSD** incluem proveitos no montante de € 3.867.115,00 referentes às subvenções recebidas pelos grupos parlamentares da Assembleia Legislativa da Madeira e da Assembleia Legislativa dos Açores. O PSD respondeu: “Como a ECFP bem sabe, as actividades do Grupo Parlamentar do PPD/PSD na Assembleia da República não estão incluídas na contabilidade partidária anual, seguindo prática estabilizada. O Secretário-Geral da Estrutura Regional Autónoma dos Açores veio esclarecer (cf. anexo 11) que na contabilidade desta Estrutura são apenas registadas as receitas derivadas das transferências do Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa para a Comissão Política Regional; e não as transferências entre a Assembleia Legislativa e o Grupo Parlamentar, que são objecto de contabilidade própria. E presumo que o mesmo ocorra quanto à Estrutura Regional Autónoma da Madeira e o seu Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.”

C) As demonstrações financeiras do **PS** incluem proveitos no montante de € 1.686.525,00 (€ 1.674.084,00 em 2005) referentes às subvenções recebidas pelos grupos parlamentares da Assembleia Legislativa da Madeira e da Assembleia Legislativa dos Açores. Em 2006 o PS determinou: (i) anular todos os saldos de balanço, relacionados com o grupo parlamentar à Assembleia da República até 31 de Dezembro de 2005, por contrapartida da rubrica capitais próprios – resultados transitados, gerando uma diminuição desta rubrica em € 409.564,00, (ii) não registar nas contas anuais de 2006 quaisquer actividades relacionadas com o grupo parlamentar à Assembleia da República e (iii) não registar, além dos valores de subvenção, outras actividades dos grupos parlamentares na Assembleia Legislativa da Madeira e na Assembleia Legislativa dos Açores. O PS respondeu: “Convém ter em atenção que nas Regiões Autónomas existe uma situação que é algo diferente do Continente, uma vez que são os grupos parlamentares que contribuem para o financiamento dos partidos nessas regiões, por força de regulamentos aí aprovados. Assim, não existe qualquer sobreavaliação porque estes valores são equivalentes à Subvenção Estatal recebida pela Sede Nacional da Assembleia da República. Sendo emitidas declarações dos Grupos Parlamentares dizendo que foram feitas essas transferências. Envia-se cópias dessas declarações (Anexo 4)”.

Apreciadas as respostas dos Partidos e analisados elementos entretanto facultados, confirma-se que os mesmos receberam, por intermédio dos grupos parlamentares das Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, os montantes indicados. Trata-se, como, por exemplo, o próprio CDS-PP expressamente reconhece, de "uma Subvenção Pública relativa às Regiões Autónomas (...) cujo destinatário é o Partido, com o qual suporta as despesas do CDS-PP Madeira ou do CDS-PP Açores". Mas, nessa medida (i.e., na medida em que traduz um financiamento ao Partido e não ao funcionamento do próprio grupo parlamentar) trata-se de uma forma de financiamento partidário que a lei não autoriza (artigos 2º e 4º da Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho), como inequivocamente decorre da jurisprudência firmada pelo Tribunal Constitucional nos Acórdãos nºs 376/2005 e 26/2009. Com efeito, como se ponderou no primeiro daqueles acórdãos, para concluir pela não inconstitucionalidade das normas que então vinham questionadas:

"(...) tal norma não pode deixar de traduzir a imperiosa necessidade de assegurar, num plano imediato, a actividade dos grupos parlamentares, dotando-os de uma estrutura humana e material operativa que seja funcionalmente adequada à participação nos trabalhos da Assembleia Legislativa, traduzindo-se deste modo, num plano mediato, numa conditio de manutenção dos trabalhos desse órgão legislativo regional: garantir aos grupos parlamentares condições de funcionamento interno ao nível do acesso a recursos humanos e materiais indispensáveis para a actividade dos gabinetes não redundando num financiamento do partido, mas antes, na sua essência, na concretização de um instrumentarium finalisticamente ordenado à realização da vida parlamentar e que assim se haverá de consumir no interior de cada gabinete em prol do funcionamento do próprio parlamento regional.

Dito de outro jeito, o que o legislador faz é conceder aos grupos ou representações parlamentares a possibilidade de elegerem o que consideram ser o melhor sistema organizativo, tanto do ponto de vista da sua componente e qualificação humanas como do ponto de vista da eleição dos meios materiais, para o desempenho das funções administrativas ou técnicas que entendam ser cometidas aos respectivos gabinetes. Poderão ter, por exemplo menos pessoal, mas pessoas mais qualificadas do ponto de vista que considerem relevante para esse efeito (técnico, científico, político, etc.). Poderão ter menos pessoal mas melhor equipamento de apoio físico ao gabinete. O que, decerto, a norma em causa não consente é que o saldo do montante da subvenção atribuída, não absorvido pelo pagamento ao quadro de pessoal dos gabinetes dos grupos ou representações parlamentares, possa ser legitimamente gasto em despesas estranhas a esses gabinetes, como sejam, por exemplo, o pagamento de cartazes anunciando comícios partidários, pagamento a funcionários do partido, ofertas a quem participe ou compareça a comícios ou festas partidárias, etc".

Em suma, como, mais recentemente, se resumiu no Acórdão nº 26/2009, aquela decisão "assentou no facto de, atendendo ao fundamento subvencional em análise, não estarem em questão financiamentos aos partidos qua tale, isto é, afectos à realização dos seus fins próprios, mas sim subvenções geneticamente fundadas no exercício da actividade parlamentar. No exercício desta actividade residia, portanto, não só a justificação constituinte de tais subvenções públicas como também o limite material último à respectiva disposição por parte dos partidos e grupos parlamentares beneficiários".

A ECFP é de opinião que, tal como as referidas Subvenções, também as restantes operações relacionadas com as actividades dos Grupos Parlamentares não devem ser integradas nas contas do Partido. Assim, conclui-se que os Proveitos apresentados pelo PCP nas suas Contas Anuais de 2008, estão sobreavaliados no montante da Subvenção atribuída pelo Grupo Parlamentar da Madeira em 128.936 euros.

Uma vez que o PCP parece ter um entendimento diferente da ECFP, questiona-se o Partido sobre qual o fundamento legal para o reconhecimento daquela Subvenção nas Contas Anuais.

Adicionalmente, é impossível à ECFP aferir sobre a existência de outros activos, passivos, custos e proveitos relacionados com o Grupo Parlamentar da Madeira e com outros Grupos Parlamentares que eventualmente estejam registados nas Contas do Partido. A existirem, solicita-se ao Partido informação adicional sobre os mesmos.

11. Eventuais Donativos em espécie de Pessoas Colectivas

As Contas Anuais de 2008 do PCP incluem, nas rubricas de “Imobilizado” e “Outras reservas”, o montante de 271.120 euros, relativo a doações de imóveis e de uma viatura.

Solicita-se informação sobre a identificação dos doadores e sobre o método de valorização e respectiva documentação de suporte (ver Ponto 4 da Secção B). Sem essa informação é impossível à ECFP concluir sobre a razoabilidade do montante dos donativos em espécie e sobre a inexistência de donativos anónimos ou de pessoas colectivas.

A eventual aceitação de donativo de pessoas anónimas ou colectivas constitui um financiamento proibido, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º da Lei 19/2003.

12. Os Pedidos de Confirmação dos Saldos e Outras Informações a Enviar às Instituições de Crédito Não Foram Preparados Pelo Partido

Com vista à obtenção de confirmação externa (por parte das entidades bancárias) dos saldos e outras informações, a AB – António Bernardo, a

pedido da ECFP, solicitou ao PCP a circularização (pedido de confirmação externa) dos saldos bancários.

Até à data da emissão do relatório de AB – António Bernardo, o PCP não preparou os pedidos de informação de saldos aos Bancos.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.1 - que:

"Foi solicitado ao Partido Comunista Português a realização de circularizações às entidades bancárias, no entanto, não foram efectuadas uma vez que, o Partido Comunista Português não deu autorização à sua realização pela presente auditoria. As razões apontadas pelo Partido para esta recusa, foram expressas verbalmente, tendo como fundamento, terem sido apresentados à Autoridade das Contas todos os extractos bancários de todas as contas do Partido e, a apresentação das conciliações bancárias à auditoria."

Da análise efectuada por AB – António Bernardo às conciliações bancárias preparadas pelo Partido, conclui-se que existia um elevado número de movimentos pendentes de regularização, essencialmente cheques em trânsito, no montante de 152.349 euros, não tendo sido possível verificar a regularização posterior de uma grande parte. Não foram disponibilizadas as conciliações bancárias de algumas contas, cujo saldo total era de 30.522 euros.

Adicionalmente, através da comparação dos saldos indicados nos extractos bancários com os saldos contabilísticos foi identificada uma diferença de 35.000 euros no depósito a prazo da conta [REDACTED] – BES – Depósitos a prazo Festa do Avante.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.1 – que:

"De acordo com o Fax enviado pelo BES em 15-05-2009 a constituição de depósitos a prazo activos à data de 31-12-2008 totaliza 590.000,00 €. Na contabilidade estão registados depósitos a prazo no valor de 625.000,00€, existindo assim uma diferença de 35.000,00 € registados a mais na contabilidade."

Atendendo ao exposto, não obstante o trabalho alternativo desenvolvido por AB – António Bernardo, é impossível à ECFP concluir sobre a correcção dos saldos de depósitos à ordem (1.036.515 euros), de depósitos a prazo (1.198.871 euros) e de empréstimos bancários (60.000 euros e ainda 50.283 euros de descobertos bancários) apresentados pelo Partido nas Contas Anuais de 2008.

O não envio de pedidos de confirmação de saldos e de outras informações às Instituições de Crédito constitui uma limitação particularmente grave porque impossibilita avaliar: (i) os movimentos de receitas e despesas do Partido referentes ao exercício de 2008 registados em contas bancárias, conforme os termos do n.º 2 do art.º 3.º e no n.º 1 do art.º 9.º, ambos da Lei 19/2003, (ii) as receitas e despesas do Partido referentes ao exercício de 2008 registadas nos mapas enviados ao Tribunal Constitucional, (iii) que os extractos bancários de movimentos das contas e extractos de contas de cartões de crédito foram enviados na totalidade ao Tribunal Constitucional, nos termos da alínea a) do n.º 7 do art.º 12.º da Lei 19/2003 e (iv) confirmar se todas as responsabilidades para com as instituições bancárias estão devidamente escrituradas.

Face ao exposto, solicita-se o envio aos Bancos dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações referentes ao exercício de 2008, com pedido de resposta urgente, atendendo a que este é um procedimento fundamental e indispensável numa auditoria.

13. Confirmação de Saldos de Fornecedores – Respostas Não Obtidas ou Respostas Divergentes

A AB – António Bernardo, a pedido da ECFP, solicitou ao PCP o envio de pedido de confirmação dos saldos junto de 41 fornecedores com quem trabalha, que representavam cerca de 79% do saldo de Fornecedores c/c.

Até à data da emissão do relatório de AB – António Bernardo, os auditores apenas receberam 6 respostas a esses pedidos, das quais 4 indicaram saldos divergentes.

Os fornecedores que não responderam foram os seguintes:

Fornecedor		Saldo	
Código	Nome	Devedor	Credor
22100470	A Bola		1.199,55
22100134	A Loja das Bandeiras		1.159,68
22116023	Abel Festa & Filhos,	12.689,08	
22100007	Albano R. N. Alves		1.285,06
22100486	Alibar		1.752,61
22100530	Armasul		1.258,74
22100234	Auto Rep. Técnica Pereira & Gonçalves		2.174,89
22100023	Carnes Marco		1.925,45
22100816	Contubos		11.760,00
22100231	Crómia Comunicação, Lda		1.000,50
22100333	ECL - Emp. Comércio Livreiro, S.A.		1.891,40
22122045	Editorial Avante		1.521,51
22125110	Editorial Avante		10.710,10
22101045	Editorial Avante		3.935,83
22100039	Editorial Avante, S.A.		2.022,58
22100047	Editorial Avante, S.A. (Livros)		9.600,00
22100529	Fernando Varatojo, Lda		3.537,55
22100178	Imprime		26.500,60
22100510	Irmãos Dias, Lda		3.225,56
22100800	Lisgráfica		12.734,00
22100537	Makro		1.211,96
22100075	Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda		1.160,05
22100542	MP - Mestres Publicidade		47.016,00
22102371	MP - Mestres Publicidade		32.901,60
22100108	Optimus		1.118,71
22100089	Ponto Seguro, Lda		8.046,62
22100171	Rasia		4.354,08
22108009	RCI Renault Gest		12.792,78
22100398	Repsol Combustíveis, S.A.		4.191,16
22100011	STD - Soc. Distribuidora de Tabacos		4.800,71
22100492	Stricker		1.992,00
22100523	Toptintas - Comércio de Tintas, Lda		1.493,50
22100605	Turbus		13.810,00
22102924	Unicergest		32.629,38
22100734	Vom		10.756,67

Os fornecedores que responderam com saldos divergentes não conciliados foram os seguintes:

Fornecedor		Saldo		Resposta		Diferença	
Código	Nome	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
22122026	Pluricoop		932,09		7.941,99		-7.009,90
22100461	RCI Banque		34.304,82		2.682,87	0,00	31.621,95
22100098	Regiset		22.506,10		22.734,10	0,00	-228,00
22100124	Vesauto		18.327,95		17.143,46	0,00	1.184,49

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.3 – nota ii) - que:

"22122026 – Pluricoop: O PCP regista um saldo credor de 932,09 € enquanto que o fornecedor indica um saldo de 7.941,99 € em dívida pelo Partido. O PCP regista 7.009,90 € a menos;

22100461 – RCI Banque: O PCP regista um saldo credor de 34.304,82 € enquanto que o fornecedor indica um saldo de 2.682,87 €. O PCP regista 31.621,95 € a mais;

22100098 – Regiset: O PCP regista um saldo credor de 22.506,10 € enquanto que o fornecedor indica um saldo de 22.734,10 €. O PCP regista 228,00 € a menos;

22100124 – Vesauto: O PCP regista um saldo credor de 18.327,95 € enquanto que o fornecedor indica um saldo de 17.143,46 €. O PCP regista 1.184,49 € a mais."

Face ao exposto, não é possível concluir sobre a correcção dos saldos dos fornecedores acima indicados, nem sobre os valores reconhecidos como custo. Assim, solicita-se que sejam obtidas respostas urgentes aos pedidos de confirmação de saldos enviados aos fornecedores que não responderam, atendendo a que este é um procedimento fundamental e indispensável numa auditoria. Esta limitação impede a ECFP, também, de verificar se existem outras despesas e/ou responsabilidades que não estejam registadas nas Contas do Partido referentes ao exercício de 2008.

Solicita-se, também, que seja dada informação adicional sobre as respostas divergentes acima indicadas, relativamente às quais não parece ter sido obtida do Partido uma explicação ou reconciliação das diferenças apuradas.

14. Os Pedidos de Confirmação a Enviar aos Advogados Não Foram Preparados Pelo Partido

Com vista à obtenção de confirmação externa dos saldos e outras informações, a AB – António Bernardo, a pedido da ECFP, solicitou ao PCP a circularização (pedido de confirmação externa) dos advogados, no intuito de determinar se existem litígios em que o Partido esteja

envolvido, dos quais possam resultar impactos sobre as suas Contas Financeiras.

Até à data da emissão do relatório de AB – António Bernardo, o PCP não preparou os pedidos de informação de saldo aos advogados.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 2.3 – I) - que:

"Não foi dada autorização pelos serviços do Partido para se circularizar os advogados."

Face ao exposto, solicita-se o envio aos advogados (internos, se não existirem externos) dos pedidos de confirmação de saldos e outras informações referente ao exercício de 2008, com pedido de resposta urgente. Esta limitação impede a ECFP de verificar se todas as despesas e/ou responsabilidades decorrentes de acções judiciais estão registadas nas Contas do Partido referentes ao exercício de 2008.

15. Desrespeito Pelos Critérios de Valorimetria Previstos no Plano Oficial de Contas

As transacções imobiliárias que o Partido tem vindo a realizar desde 2002, têm originado que algum do seu património imobiliário fique registado nas suas Demonstrações Financeiras a valores de mercado e não ao custo de aquisição, o que contraria os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

De acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) o activo imobilizado deve ser valorizado ao custo de aquisição. Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.1 – notas i) e ii) - que:

*"Os **Terrenos e os Edifícios e Outras Construções** estão registados ao **custo de aquisição**, excepto o edifício da Rua Soeiro Pereira Gomes*

*correspondente a 7 artigos que, de acordo com informação prestada pelo Partido chegaram à posse do PCP em consequência de uma permuta de um terreno adjacente à sede. As várias fracções foram valorizadas ao **preço de mercado**, correspondem às contas 42200102 a 42200107 e totalizam 1.934.671,25 €, representando 16% da conta de Edifícios e Outras Construções.”*

Os valores apresentados em referência a 31 de Dezembro de 2008, no que respeita a imóveis, incluem aqueles valores registados em anos anteriores, pelo que se mantêm afectados dos erros contabilísticos enquanto não forem corrigidos.

Face ao exposto, conclui-se que o PCP não cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei 19/2003, uma vez que não respeitou os princípios contabilísticos e os critérios de valorimetria previsto no Plano Oficial de Contas (POC).

Solicita-se a eventual contestação.

16. Imobilizado Corpóreo – Deficiências no Controlo do Imobilizado Corpóreo

Existem algumas deficiências ao nível do imobilizado corpóreo que comprometem a titularidade do Partido e o controlo sobre os bens de imobilizado.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.1 – notas i) e ii) - que:

"Efectuámos a comparação entre os bens registados na contabilidade do Partido e a lista dos bens registados na DGCI em nome do PCP. Dessa análise constatámos que existem bens que estão registados na contabilidade do Partido e não constam da lista da DGCI, e vice-versa, conforme quadros seguintes:

PRÉDIOS URBANOS	
Inventário do Património Imobiliário	Lista do Património da DGCI

Imóveis não registados na DGCI		Imóveis não registados no PCP	
BEJA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
4882-B	Av. da Liberdade, Aljustrel	5065-B	020101-Aljustrel
1458	Largo do Renato, Moura	2205-B	021001-Amareleja
134	Rua do Terreiro, Odemira	6044	021109-S. Teotónio
		159	021306-Vale de Vargo
BRAGA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
		1797	031202-Antas
		1798	031202-Antas
		1799	031202-Antas
COIMBRA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
9	Estrada da Beira, Coimbra	1076	060312-Cernache
2291	Casal de Baixo, Góis	1130	060601-Alvares
ÉVORA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
10291-G	Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Évora	924-G	070519-Malagueira
C	R. Da Liberdade, Portel	2165-C	070905-Portel
		52-C	071401-Bencatel
FARO			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
152	Rua João Dias Mendes, Aljezur		
LEIRIA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
10373	Rua Marquês de Pombal, Marinha Grande	16601	101001-Marinha Grande
		2509	101611-Porto de Mós
LISBOA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
349	Av. dos Bombeiros Voluntários, Cascais	319	110505-Parede
871	Av. dos Príncipes, Cascais	2192-J	110644-S. Jorge de Arroios
S/N	Edifício de Centro de Trabalho, Oeiras	2192-L	110644-S. Jorge de Arroios
4549-G	Praceta Viana da Mota, Cascais	2192-M	110644-S. Jorge de Arroios
999	Rua S. Bernardo, Lapa	2192-O	110644-S. Jorge de Arroios
1480	Rua Sousa Martins, Lisboa	2192-P	110644-S. Jorge de Arroios
		899-B	110709-Moscavide
		3142	111102-Algueirão-Mem Martins
		6214-AT	111104-Belas
		1899-B	111107-Queluz

LISBOA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
		1899-C	111107-Queluz
		1899-D	111107-Queluz
		1899-E	111107-Queluz
		1899-F	111107-Queluz

		1899-G	111107-Queluz
		1899-H	111107-Queluz
		1899-I	111107-Queluz
		1899-J	111107-Queluz
		669	111108-Rio de Mouro
		165	111407-S. João dos Montes
		221	111408-Vialonga
		222	111408-Vialonga
		2817	111601-Canêças
PORTALEGRE			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
1177	Rua André Azevedo Vasconcelos, Crato	2136	120602-Crato e Mártires
47	Rua do Século, Nisa	38	120803-S. Saturnino
		134	121404-Fortios
PORTO			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
OMISSO	Loja, nº 36, Torre 3 C. C.do Sobreiro, Maia	5747	130410-S. Pedro da Cova
2291	Rua Abílio Miranda, Penafiel	2281-H	131124-Penafiel
		964	131208-Miragaia
SANTARÉM			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
5618-B	Rua D. Miguel de Almeida, Abrantes	5616-B	140113-Abrantes
576	Largo João de Deus, Chamusca	8552-A	140301-Almeirim
6566	Rua dos Fais, Almeirim	94	140401-Alpiarça
4334	Rua Silvestre Bernardo Lima, Alpiarça	7246-BAR	140401-Alpiarça
257	Rua D. Fernando I, Rio Maior	7246-COM	140401-Alpiarça
5238	Largo Nossa Sra. Da Paz, Benavente	7246-DEP	140401-Alpiarça
6009	Rua José Relvas, Alpiarça	7246-IND	140401-Alpiarça
		7246-R/C	140401-Alpiarça
		7246-1º	140401-Alpiarça
		5750-A	140501-Benavente
		5750-B	140501-Benavente
		5750-E	140501-Benavente
		777	140605-Valada
		1021	140701-Chamusca
		2972	140701-Chamusca
		3084	140701-Chamusca
		2535	141202-Golegã
		534	141408-Rio Maior
		408	141615-Pombalinho
		1608-A	141915-Torres Novas
		2959	141915-Torres Novas

SETÚBAL			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
S/N	Seixal	9331-A	150302-Caparica
329	Av. da Fundação, Almada	3058-AR	150304-Cova da Piedade
2276	Arrentela, Seixal	16934	150309-Charneca da Caparica

OMISSO	Rua Zeca Afonso, Santiago do Cacém	1006-A	150402-Lavradio
1274	Rua Manuel da Costa	2009	150503-Melides
		7219	150803-Pinhal Novo
		973	150901-Abela
		7382	151002-Amora
		427-R/C	151004-Seixal
		427-1 D	151004-Seixal
		427-1 D2	151004-Seixal
		427-1E	151004-Seixal
		427-1E2	151004-Seixal
		213	151103-Quinta do Conde
		623	151202-Setúbal
VIANA DO CASTELO			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
845-A	Rua Manuel Espregueira, Viana do Castelo	2367-RCF	160919-Viana do Castelo, Monserrate
845-B	Rua Manuel Espregueira, Viana do Castelo	2367-RCT	160919-Viana do Castelo, Monserrate
845-C	Rua Manuel Espregueira, Viana do Castelo		
845-D	Rua Manuel Espregueira, Viana do Castelo		
VISEU			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
		337	182323-Rio de Loba
AÇORES			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
1431	Rua de Santa Clara, Ponta Delgada		
150	Rua de Jesus, Horta		
193	Rua João do Rego, Ponta Delgada		

PRÉDIOS RÚSTICOS	
Inventário do Património Imobiliário	Lista do Património da DGCI
Imóveis não registados na DGCI	Imóveis não registados no PCP

COIMBRA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
1076	Vila da Pouca, Cernache	2587	060324-S. Silvestre
9529	Cabeço dos Paus, Góis	15961	060601-Alvares
10085	Camões de Além, Góis	15962	060601-Alvares
8764	Conte Cimeira, Góis	1748	061106-Lagares
8763	Conte Cimeira, Góis	1760	061106-Lagares
9007	Cova da Eira, Góis	391	061601-Azere
9010	Cova da Eira, Góis	563	061601-Azere
9097	Ferrero, Góis	1551	061601-Azere
9066	Fonte da Bica, Góis		
9560	Fonte do Ervideiro, Góis		

9558	Fonte do Ervideiro, Góis		
12773	Foz Barreiras de Baixo, Góis		
10075	Ladeira do Ribeiro, Góis		
12689	Lomba da Ponta de Baixo, Góis		
12692	Lomba da Ponta de Baixo, Góis		
9196	Lombinho, Góis		
9567	Ribeiro, Góis		
10083	Ribeiro, Góis		
9563	Ribeiro, Góis		
9568	Ribeiro, Góis		
10081	Ribeiro, Góis		
13074	Vale da Videira, Góis		
9658	Vale das Oliveirinhas, Góis		
8104	Vale do Bispo, Góis		
9610	Vale do Ratinho, Góis		
9613	Vale do Ratinho, Góis		
9215	Vale de Machio, Góis		
9143	Vale Palheiro, Góis		
9178	Valzinho, Góis		
9134	Vila da Serra, Góis		
9135	Vila da Serra, Góis		
12768	Foz de Barreiras de Baixo, Góis		
9068	Tapada de Cima, Góis		
9801	Ribeiro do Porco, Góis		
9181	Valzinho, Góis		
OMISSO	S. Silvestre		
LISBOA			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
15	Calçada do Teixeira, Lisboa	44	110607-Beato
Secção 14	Quinta dos Palmares, Loures	Q-107	111108-Rio de Mouro
G-113	Quinta da Cruz, Loures		
2817	Olival do Santíssimo, Caneças		
1748	Olivais da Ponte, Oliveira do Hospital		
1760	Olivais da Ponte, Oliveira do Hospital		
SANTARÉM			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
5309	Rua Luís de Camões	DD1-45	140902-Couço
SETÚBAL			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
7382	Quinta da Atalaia, Seixal		
2009	Fontainhas de Meio, Grândola		
16934	Rua Azinhal Abelho, Almada		
OMISSO	Rua Luís de Camões, Palmela		
973	Arcalão, Santiago do Cacém		
VISEU			
Artigo	Descrição	Artigo	Descrição
337	Abelha, Viseu		

Relativamente ao Património Imobiliário, o Partido informou a auditoria que os serviços do PCP já efectuaram o cruzamento entre a lista de imóveis da DGCI e os registos na contabilidade, tendo verificado que

existem alguns imóveis que estão na contabilidade mas não na lista da DGCI, em virtude de não estarem registados em nome do Partido, embora já tenha ocorrido uma doação ao Partido ou um testamento, e outros imóveis sobre os quais o Partido possui um direito, seja devido a uma doação ou testamento mas, ainda não foram contabilizados.”

"Efectuámos a comparação entre os veículos registados na contabilidade do Partido e a lista dos bens registados na DGCI em nome do PCP (salienta-se que a listagem da DGCI fornecida pelo Partido à equipa de auditoria foi uma listagem em Excel, da qual foram retirados vários campos, uma vez que, segundo informações do Partido, não foi possível retirar a listagem directamente do site das finanças. Em resultado dessa análise constatámos que existem veículos que estão registados na contabilidade do Partido e não constam da lista da DGCI, e vice-versa, conforme quadro seguinte:

Veículos				
Inventário do equipamento de transporte			Lista dos Veículos na DGCI	
Veículos não registados na DGCI			Veículos não registados no PCP	
Matricula	Descrição	Valor na Contabilidade	Matricula	Descrição
99-61-NV	Renault Clio II	8.400,79	██████	
91-CT-69	Renault Clio	10.694,25	██████	
?	Viaturas Ligeiras	15.136,49	██████	
30-50-BF	Fiat	155,00	██████	
?	Vespa XLS	504,21	██████	
RE-98-12	Renault 5	748,20	██████	
90-33-FB	Fiat Punto	54,00	██████	
?	Ford Transit	2.000,00	██████	
GQ-95-04	Renault Trafic	8.743,93	██████	
SQ-73-09	Toyota	4.500,00	██████	
21-94-QL	Ford Transit	21.246,45	██████	
	TOTAL	72.183,32	██████	
			██████	
			██████	
			██████	
			██████	
			██████	
			██████	
			██████	
			██████	

[illegible]

Foram solicitadas explicações para as diferenças verificadas, aos serviços do Partido, pelo que aguardamos resposta.”

Por outro lado, embora o PCP tenha iniciado em 2007 a elaboração de um Inventário do seu Imobilizado Corpóreo – substancialmente constituído por património imobiliário – este ainda não se encontra integralmente valorizado e reconciliado com a Contabilidade.

A este propósito o Tribunal Constitucional já disse no Acórdão n.º 70/2009 que:

"A ausência de valorização e/ou reconciliação entre o "inventário anual do património do partido" e as respectivas "demonstrações financeiras" não permite concluir sobre a veracidade das contas apresentadas por estes Partidos ao Tribunal e o cumprimento da alínea a) do n.º 3 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003. Face ao exposto, considera o Tribunal que estes Partidos violaram o dever genérico de organização contabilística decorrente do artigo 12º, nº 1, da Lei n.º 19/2003."

Face ao exposto, solicita-se ao PCP que envie o inventário do Imobilizado Corpóreo à data de 31 de Dezembro de 2008 já integralmente valorizado e reconciliado com a contabilidade. Caso tal não seja ainda possível, solicita-se ao PCP que indique quais as medidas que está a tomar para ultrapassar esta irregularidade.

Solicita-se ainda uma informação sobre eventuais ajustamentos já identificados nos exercícios de 2009 e 2010, com impacto nas Contas de 2008.

17. Controlo Insuficiente sobre as Amortizações do Exercício

Para além das situações referidas nos dois pontos anteriores, o Partido também não possui um adequado controlo sobre as Amortizações do exercício e sobre as amortizações acumuladas, pois o mapa de amortizações, para além de não incluir os bens que já se encontram totalmente amortizados, evidencia um montante de amortizações do exercício de 2008 (320.260 euros) que difere do montante registado (441.020 euros) em 120.760 euros. Pelo facto não é possível concluir sobre a razoabilidade do montante das amortizações de exercício e das amortizações acumuladas registado no exercício de 2008.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.1 - que:

"Relativamente às amortizações o nosso procedimento consistiu na verificação dos mapas de amortizações de cada estrutura, tendo constatado e confirmado com os serviços do Partido que os bens que se encontram totalmente amortizados não estão registados nos mapas, não sendo por isso possível verificar o valor das amortizações acumuladas. Também nas amortizações referentes ao exercício de 2008, (...) existe uma diferença de 120.759,61 €, entre o Balancete Consolidação e o Mapa que nos foi disponibilizado."

A este propósito o Tribunal Constitucional já disse no Acórdão n.º 70/2009 que:

"A insuficiência de mecanismos que permitam garantir a razoabilidade do montante contabilizado relativamente ao exercício de 2005, consubstancia uma violação do dever genérico de organização imposto através do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003."

Face ao exposto, solicita-se ao PCP que envie à ECFP o apuramento correcto do total das amortizações relativas ao exercício de 2008.

Solicita-se ainda uma informação sobre eventuais ajustamentos já identificados nos exercícios de 2009 e 2010, com impacto nas Contas de 2008.

18. Incerteza Quanto à Natureza, Recuperação dos Activos, Exigibilidade dos Passivos e Regularização de Saldos Registados no Balanço do Partido em 31 de Dezembro de 2008

A análise efectuada pela ECFP às Contas Anuais de 2008 do PCP permitiu identificar diversas contas de natureza devedora e credora reflectidas no Balanço, nas rubricas de "Existências", "Fornecedores", "Outros Devedores" e "Outros Credores" sobre as quais existe uma incerteza quanto à sua origem, natureza, recuperabilidade, exigibilidade e eventual regularização posterior. Estão neste caso os saldos seguintes:

ACTIVO	31.12.2008	31.12.2007
Existências	15.249	27.510
Dívidas de Terceiros		
Clientes	75.687	62.709
Fornecedores c/c	66.697	105.445
Organizações do Partido	-	-
Outros Devedores		
Pessoal	80.985	93.511
Outros		
Dispõe, SA	35.824	35.824
Engitejo	80.000	-
Compra C.T. Pedrouços	80.048	80.048
Monterrei	76.389	76.389
Idalina Silva Andrade	100.000	-
Soc. Britamagos	53.000	-
Outros	32.169	96.203
Disponibilidades		
Caixa	248.113	673.904

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31.12.2008	31.12.2007
Capita Próprio		
Capital	-275.120	-11.908
Dívidas a Terceiros		
Fornecedores	32.756	-
Outros Credores	380.637	310.796

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.1 - que:

Relativamente aos clientes:

"Efectuámos as circularizações dos clientes (...), cujo total representa 91 % do saldo da conta, das quais aguardamos respostas.

Verificámos a antiguidade dos saldos à data de 31/12/2008, e constatámos que existem saldos que se mantêm pelo menos desde Dezembro de 2007, representando cerca de 20% do saldo da conta de Clientes c/c, conforme se discrimina no quadro seguinte:

Conta – Descrição	Antiguidade de saldos (pelo menos desde Dezembro de 2007) – (€)
21130209 - Jorinf, Lda	555,00
21130211 - Andreber, Lda	1.141,00
21130221 - Heska Portuguesa	1.580,00
21130226 - Pimensor	25,00
21130259 - Mimogal, Lda	1.790,00
21130264 - Supertalho - Joaquim A.M.Santos	570,00
21130272 - Ucheds	1.712,00
21130323 - Nuno Esteves de Carvalho	5.078,00
21130342 - Fenacoop	1.250,00
21160248 - Município do Montijo	100,00
21160444 - Junta de Freguesia de S. Simão	885,00
21160447 - Junta de Freguesia de S. Julião	280,00
21160458 - Junta de Freguesia de Sto António da Charneca	131,42
Total	15.097,42

Relativamente aos Outros Devedores:

"Efectuámos a circularização das entidades (...), cujo total representa 94 % do saldo devedor da conta de 268 – Devedores e Credores Diversos, das quais aguardamos respostas."

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.1.3 - que:

Relativamente aos Fornecedores:

"Verificámos a antiguidade se saldos à data de 31/12/2008, e constatámos que existem saldos que se mantêm pelo menos desde Dezembro de 2007, representando cerca de 6% do saldo da conta de Fornecedores c/c, conforme se discrimina no quadro seguinte:

Conta - Descrição	Antiguidade de saldos (pelo menos desde Dezembro de 2007) –(€)
22100047 - Editorial Avante, SA	9.600,00
22100058 - Hotel Berna	49,50
22100333 - ECL - Emp. Comércio Livreiro, SA	1.891,40
22100577 - Caminho Divulgação	6.447,95
22102303 - Makro, SA	696,65
22102499 - Sika, SA	435,79

22102765 – BIC	1.752,38
22102903 - Mapa de Sons, Lda	907,50
22102930 - Centro de Jardinagem	0,52
22103003 - Zona Norte	88,83
22103027 – RCI	87,20
22103129 - Casa do Pão de Ló Delícia	751,14
22113018 - PC Power, Lda	2.520,70
22113034 - Barros, Almeida & CA, SA	99,00
22114031 – Matercouço	1.032,87
22114083 – Ribatintas	250,75
22114087 - Caminho Divulgação	245,70
22115030 - Regiset, Lda	718,35
22115148 - Editorial Caminho - Setúbal	20,90
22115325 - Editorial Caminho - Barreiro	771,97
22125005 - Armazéns Papeis do Sado	3.478,85
22125013 – Cromia	907,71
Total	32.755,66

Relativamente aos Outros Credores:

"Relativamente à conta de outros credores efectuámos a circularização das entidades mencionadas no quadro seguinte, cujo total representa 85 % do saldo credor da conta de 268 – Devedores e Credores Diversos, não tendo sido obtida qualquer resposta até à data de elaboração deste relatório.

Conta - Descrição	Saldo a 31/12/2008 (€)
26810011 – Editorial Avante	39.339,88
26810012 – Dispõe – Caparica	15.000,00
26810016 – Imogarcia	30.000,00
26810025 – Dispõe – Coração de Jesus	200.000,00
26811227 – Paulo Raimundo	20.000,00
26811611 – RCI – Banque	25.190,18
26812119 – RCI Banque Portugal	12.982,80
Total	342.512,86

Pelo exposto, conclui-se que existem saldos para os quais não foi obtida informação sobre a sua natureza e perspectivas de regularização, alguns dos quais com antiguidade. Assim, solicita-se ao Partido que forneça à ECFP informação adicional sobre todas as contas descritas no quadro apresentado no início deste Ponto, por forma a esclarecer sobre a sua natureza, origem, valor realizável, exigibilidade e que permita à ECFP

apurar se os montantes registados no Balanço à data de 31 de Dezembro de 2008 foram regularizados, recebidos ou pagos nos exercícios de 2009 e 2010.

A este propósito o Tribunal Constitucional já disse no Acórdão n.º 70/2009 que:

"Em suma: a resposta do PCP é insuficiente para permitir apurar qual o impacto nas contas anuais de 2005 de eventuais ajustamentos resultantes das referidas análises e regularizações, pelo que há que confirmar, nesta parte, a violação do dever genérico de organização contabilística estatuído pelo n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003 que lhe vinha imputada."

Salienta-se que a falta de transparência das Contas dificulta o apuramento de outras eventuais infracções cometidas pelo Partido ou a confirmação de que não ocorreram, prejudicando a auditoria das contas e o cumprimento do dever de organização contabilística genericamente estabelecido no n.º 1 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

19. Eventual excesso da Estimativa para Encargos com Férias e Subsídios de Férias

Em 31 de Dezembro de 2008 o PCP tem registado nas suas contas anuais a estimativa para encargos com férias e subsídios de férias referentes ao ano de 2008 a pagar em 2009, respeitantes a algumas das Organizações, no montante de 484.653 euros. O montante indicado é superior ao do ano anterior (436.710 euros).

Em 2007, a auditoria constatou existir uma insuficiência nesta estimativa, o que foi contestado pelo Partido. Assim, e uma vez que em 2008 os custos com o pessoal sofreram um decréscimo significativo em resultado da redução do quadro de pessoal, não se compreende o aumento verificado no valor da estimativa em 2008, podendo esta ser excessiva.

Face ao exposto, solicita-se ao Partido que faculte à ECFP os critérios utilizados na totalidade das Direcções que compõem a estrutura do Partido e os valores liquidados no exercício de 2009 referentes a férias e subsídio de férias do pessoal ao serviço do Partido em 31 de Dezembro de 2008.

Só na posse desta informação estará a ECFP em condições de validar a razoabilidade do montante estimado e o cumprimento dos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 12.º da Lei 19/2003.

20. Valores em Dívida para com os Militantes do Partido, reflectidos no Balanço em 31 de Dezembro de 2008, não suficientemente suportados documentalmente

O Balanço em referência a 31 de Dezembro de 2008 inclui saldos reflectidos na rubrica de "Outros Credores" referentes a valores em dívida aos militantes do Partido pendentes de eventual regularização, no montante de 21.298 euros (19.232 euros em 2007).

Adicionalmente constata-se que não existe um controlo adequado sobre as dívidas a militantes. A rubrica de Custos e Perdas Extraordinárias inclui a reposição de empréstimos efectuados por militantes do Partido, no montante de 9.500 euros, os quais foram indevidamente registados como Contribuições.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 6.2.1 - que:

*"Na **Direcção de Organização Regional de Braga**, na conta 697 - Correções relativas a anos anteriores:*

Movimento n.º 312020 do diário 39 no valor de 6.000,00 €, documento interno com a classificação 697/26811224 - Empréstimo Rosa Tavares com a descrição "correção ao valor levado indevidamente a contribuições 2007". Esta conta 268... refere-se a empréstimo concedido ao partido pela militante Rosa Tavares, sem nº indicado, tendo transitado de 2007 com um saldo a seu favor de 2.000,00 € que foi amortizado em 2008-10-31 - 113 310071, 1.000,00€ e 2008-11-30 - 113 312020 1.200,00€, verificando-se assim um excesso pago de 200,00 € que ficou em dívida pela militante até ter sido feita esta correcção que voltou a posicionar a militante como credora do partido em 5.800,00 € , sem que mais explicações tivessem sido dadas. Para aferir desta correcção será necessário analisar a conta em 2007;

Movimento n.º 312021 do diário 39 no valor de 3.500,00 €, documento interno com a classificação 697/26811226-Empréstimo Jorge Matos com a

descrição "correção ao doc. 0307015, lançado indevidamente a contribuição".

Relativamente aos empréstimos de militantes, o Tribunal Constitucional já disse no Acórdão n.º 146/2007 que:

*(...) Cumpre, porém, advertir que os partidos deverão fornecer todas as informações necessárias respeitantes a tais empréstimos **(v.g, identidade dos respectivos titulares, as suas condições de reembolso e juros e o respectivo suporte documental)**, sob pena de a ECFP não poder controlar se se trata de verdadeiros empréstimos onerosos, ou, afinal de contas, de donativos de natureza pecuniária encapotados – assim se contornando os limites legais a eles respeitantes.*" (os realces e sublinhados acima são da autoria da ECFP)

Face ao exposto, solicita-se ao PCP informação sobre os Empréstimos contraídos junto de militantes, das suas condições de reembolso e juros e respectivo suporte documental (recibo e contrato), com a identificação dos titulares.

Solicita-se ainda que esclareçam se estes Empréstimos já foram reembolsados ou regularizados no decurso de 2009 ou 2010 e se daí resultaram ajustamentos com impacto nas Contas de 2008.

Salienta-se que a ausência da informação acima solicitada, bem como o deficiente controlo sobre esses empréstimos atenta contra o dever genérico de organização contabilística consagrado no n.º 1 do artigo 12.º da L 19/2003.

21. Défice/Prejuízo do Exercício Subavaliado – Eventual insuficiência de provisões para pedidos de reembolso de IVA não aceites pelos Serviços do IVA

Em 2008 o Partido registou em proveitos e ganhos extraordinários e em custos e perdas extraordinárias, na sub rubrica de correções de exercícios anteriores, os montantes de 20.940 euros e de 423.293 euros (509.120 euros em 2007), respectivamente. Esses montantes são relativos a IVA referente a períodos até 31 de Dezembro de 2007. Atendendo a que o montante de IVA a recuperar registado em 31 de

Dezembro de 2007 era de 695.299 euros, conclui-se que uma grande parte dos valores de IVA a recuperar até essa data não foram aceites pelos Serviços do IVA, e como tal não recuperados pelo PCP.

Em 31 de Dezembro de 2008, o montante de IVA a recuperar ascende a 695.994 euros, para o qual existe uma provisão no montante de 388.931 euros (correspondente a 56%).

Atendendo ao reduzido montante de IVA reembolsado no passado, não é possível aferir sobre a suficiência da provisão existente à data de 31 de Dezembro de 2008. Solicita-se que facultem à ECFP informação adicional sobre esta matéria.

É, ainda, entendimento da ECFP que, para a definição do montante máximo da Subvenção Estatal, de acordo com os termos do n.º 4 do art.º 18º da Lei 19/2003, as despesas ali referidas não devem incluir o montante do IVA para o qual foi solicitado o reembolso. Sendo o objectivo da Subvenção a cobertura de despesas, não poderá abranger uma despesa que tenha sido ou venha a ser reembolsada, pois sendo reembolsada está já coberta (e não é efectivamente um gasto ou custo). Caso a Subvenção cubra também o montante de IVA reembolsado, os Partidos acabariam por receber esse valor em duplicado.

Face ao exposto, não é possível à ECFP aferir sobre qual o montante do IVA, relativo à Campanha ocorrida no ano ou em anos anteriores, que eventualmente o Partido terá de devolver, caso o tenha recebido através dos Serviços do IVA, via reembolsos, e também através da Assembleia da República, via Subvenção.

Solicita-se que indiquem à ECFP, por Campanha e por ano, quais os montantes recebidos de reembolsos do IVA suportado nas despesas das Campanhas Eleitorais de 2005 a 2008 que tenham sido, eventualmente, também cobertos/financiados por Subvenção Estatal. Ver também os comentários e pedidos de esclarecimento da ECFP na Secção B deste Relatório.

22. Défice do Exercício Subavaliado – Não Registo de Multas Aplicadas pelo Tribunal Constitucional

O PCP não registou nas Contas Anuais de 2008 qualquer estimativa para fazer face a eventuais coimas que venham a ser aplicadas pelo Tribunal Constitucional, relativamente às contas dos exercícios de 2008 e anteriores. De acordo com o Acórdão n.º 87/2010, de 3 de Março, foi aplicada uma coima relativa à prestação de contas da Campanha para as Eleições Autárquicas de 2005, no montante de 20.000,00 euros. Não se poderia, obviamente, identificar o registo desse montante nas contas de 2008, muito embora a ECFP entenda que deveria estar registada uma provisão. Consequentemente, o prejuízo apresentado nas contas está subavaliado no referido montante.

A situação decorre do facto de o Partido apenas registar como custo as coimas que lhe são aplicadas pelo Tribunal Constitucional nas datas da sua notificação. Nestas circunstâncias, para além da coima já referida, identificada e quantificada mas não reflectida nas Contas, poderão vir a existir outras coimas relativas aos exercícios de 2005 a 2008 e aos actos eleitorais de 2007 e 2008 eventualmente ainda não apuradas e, consequentemente, não notificadas, que não foram reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo Partido, estando os Capitais Próprios do Partido sobreavaliados e o seu Passivo subavaliado.

Solicita-se a eventual contestação.

23. Não integração global dos custos e proveitos da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 2008 - Custos e Proveitos Eventualmente Não Registados

De acordo com as Contas da Campanha para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 19 de Outubro de 2008, apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, os custos e os proveitos são os seguintes:

CDU – Coligação Democrática Unitária			
Demonstração de Resultados			
Concep. Campanhas, agências comunicação e estudos de mercado	17.407,67	Angariação de fundos	0,00
Publicidade, comunicação impressa e digital	15.467,90	Subvenção pública	56.466,44
Comícios, espectáculos e caravanas	591,59	Outros proveitos	15,45
Custos administrativos e operacionais	<u>79.717,32</u>	Resultado Líquido	<u>56.702,59</u>
	<u>113.184,48</u>		<u>113.184,48</u>

Adicionalmente, o Balanço da Campanha apresentado pela Coligação mostra no Passivo, valores a pagar sob a designação de "Devedores e Credores diversos" no montante de 56.702,59 euros, coincidindo com o valor do resultado líquido. O referido montante corresponde às Contribuições dos Partidos coligados que não foram considerados como receita da Campanha, na construção do Balanço.

O reflexo nas Contas Anuais do Partido de 2008 é de apenas 55.245,17 euros reflectidos em custos e perdas operacionais e de 10.003,71 euros reflectidos em outros devedores na conta 26810026 – ELEIÇÕES REGIONAIS AÇORES/08.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 7.1 - que:

"No que se refere à contabilização das eleições Regionais dos Açores, o que nos foi transmitido pelos serviços do Partido, é que os custos são registados na conta 65 em cumprimento do Regulamento nº 3 da ECFP. Esse regulamento estabelece que a conta 65 deve ser desdobrada para apresentar as despesas da campanha e que na conta 76 devem ser registados os proveitos. Não foi esse o procedimento do PCP. Estão registados 55.245,17 € na conta 65 em apenas duas sub contas, que, por comparação com as contas da campanha, não é possível cruzar porque não há coincidência dos valores."

Face ao exposto, solicita-se que o PCP esclareça e indique em que rubricas estão registados os montantes das Contribuições do Partido, assim como os restantes custos (despesas) e proveitos (Subvenção Pública) acima indicados relacionados com a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

24. Afectação às Contas Anuais de 2008 de Custos e Outros Acertos Relacionados Com Campanhas Eleitorais Ocorridas Em Anos Anteriores

As Contas Anuais de 2008 estão afectadas por custos relacionados com participações atribuídas pelo PCP a actos eleitorais ocorridos em anos

anteriores e também por outros acertos relativos a campanhas eleitorais anteriores.

O efeito nas Contas é o seguinte:

	2008
CDU – Eleições Legislativas	21.397
CDU – Eleições Autárquicas 2005	253.669
CDU – Eleições Intercalares Câmara Municipal de Lisboa	102.883
CDU – Eleições Presidenciais	<u>-96.549</u>
	<u>281.400</u>

Solicitam-se esclarecimentos relacionados com a natureza e o atraso no registo dos montantes indicados.

A situação atenta contra o dever genérico de organização contabilística que a Lei 19/2003 consagra no n.º 1 do seu artigo 12.º.

25. Custos – Deficiências no Suporte Documental

No decurso da auditoria, foram identificadas algumas despesas que se considera não estarem suportadas documentalmente de forma apropriada.

O relatório sobre a aplicação dos procedimentos de auditoria às Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 emitido por AB – António Bernardo refere -§ 1.1.2 - que:

"Documentos de despesa (facturas) que não se encontram devidamente preenchidas com o nome e NIPC do Partido, nome do beneficiário (por exemplo nas refeições) ou matrícula da viatura (no caso dos abastecimentos com combustível) não se encontrando assim as facturas de acordo com o disposto no artigo 36º do CIVA (...);"

"Existência de documentos de despesa (recibos de rendas) que não se encontram devidamente preenchidas com o nome e NIPC do senhorio, para além de não ser feita a retenção do IRS pelo PCP (ver ponto 6.2.1 - Custos e Perdas)."

A situação atenta contra o dever genérico de organização contabilística que a Lei 19/2003 consagra no n.º 1 do seu artigo 12.º, configurando ainda outro tipo de infracções, nomeadamente de ordem fiscal.

26. Incumprimentos no Processo de Prestação de Contas

O Partido não procedeu à entrega do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, contendo notas explicativas com informação sobre: (i) princípios contabilísticos e os critérios de valorimetria adoptados na preparação das Demonstrações Financeiras e (ii) o movimento anual e composição de algumas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

As situações referidas não cumprem com o dever genérico de organização contabilística consagrado nos nºs 1 e 2 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003.

Face ao exposto, solicita-se o envio dos documentos em falta.

D. Conclusões

Pela materialidade, relevância e gravidade das situações descritas nos Pontos 1 a 26 da Secção C deste Relatório de Auditoria, é convicção da ECFP que as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **Partido Comunista Português – PCP** não reflectem a posição financeira do PCP em 31 de Dezembro de 2008 e não reflectem integral e adequadamente os Proveitos obtidos nem os Custos incorridos pelo PCP em 2008.

É impossível à ECFP, na ausência de elementos e de esclarecimentos adicionais, quantificar o impacto da maioria das limitações de âmbito descritas na Secção C, quer quanto aos proveitos quer quanto aos custos. O esclarecimento destas limitações de âmbito poderia determinar correcções significativas aos valores dos custos e proveitos declarados pelo PCP nas suas Contas anuais de 2008 e nos Capitais Próprios do PCP em 31 de Dezembro de 2008.

E. Ênfase

O PCP não integrou nas suas contas de 2008, nem de 2007, os custos e proveitos, nem quaisquer outros saldos, associados às operações do Grupo Parlamentar à Assembleia da República, procedimento este que a ECFP considera correcto e que corresponde ao entendimento do Tribunal Constitucional, com excepção da Subvenção recebida da Assembleia Regional da Madeira (128.936 euros).

Lisboa, 14 de Julho de 2010

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d' Oliveira Martins – Presidente

Jorge Galamba - Vogal

Pedro Travassos – Revisor Oficial de Contas e Vogal